

Relatório de **GESTÃO**



**20
23**

**Juntos há 34 anos
e acompanhando
muitas transformações.**



PATRIMÔNIO

87
milhões



**CARTEIRA DE
CRÉDITO**

206
milhões



ATIVOS

300
milhões



DEPÓSITOS

131
milhões



SUMÁRIO

5

Cultura
Organizacional

6

Governança

7

Mensagem
dos Presidentes

9

Retrospectiva
2023

17

Relatório
da Administração

23

Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial
Demonstração de Sobras ou Perdas
Demonstração de Resultado Abrangente
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

61

Evolução
Econômica e Social

74

Relatório dos
Auditores
Independentes

Cultura **ORGANIZACIONAL**



Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.



Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.



Valores

Respeito e Valorização das Pessoas;
Cooperativismo e Sustentabilidade;
Ética e Integridade;
Excelência e Eficiência;
Liderança Inspiradora;
Inovação e Simplicidade.



Princípios do Cooperativismo

- 1º - Adesão voluntária e livre
- 2º - Gestão democrática
- 3º - Participação econômica dos membros
- 4º - Autonomia e independência
- 5º - Educação, formação e informação
- 6º - Intercooperação
- 7º - Interesse pela comunidade

GOVERNANÇA

Conselho de ADMINISTRAÇÃO



Cel PM Edson de Oliveira Silva
Presidente CONAD



Cel PM Erik Hoelz Colla
Vice-Presidente CONAD



Ten Cel PM Alexandre
Luiz Alves
Conselheiro



Cel PM Marcos Roberto
Chaves da Silva
Conselheiro



Cel PM Carla
Danielle Basson
Conselheira



Ten Cel PM Hallison
Luiz Pontes
Conselheiro



Cel PM
Frank Itinoce
Conselheiro

Diretoria EXECUTIVA



Cel PM
Hudson Tabajara Camilli
Diretor-Presidente



Cel PM
Wellington Luiz Dorian Venezian
Diretor de Negócios



Cel PM
Ernesto de Jesus Herrera
Diretor de Desenvolvimento
Organizacional

Mensagem dos **PRESI DEN TES**



Em momentos desafiadores, como os que vivemos atualmente, a união e a cooperação tornam-se ainda mais essenciais.

Neste cenário global, é impossível ignorar as dificuldades econômicas que o mundo enfrenta. A pandemia causou impactos profundos, reverberando em todas as nações, e o Brasil não ficou imune a essas oscilações.

Nosso país, assim como outros ao redor do globo, enfrenta desafios econômicos significativos que afetam diretamente nossas comunidades e, por consequência, a vida de cada cooperado.

Além das complexidades econômicas, não podemos ignorar as atuais instabilidades geopolíticas e conflitos globais. As guerras e tensões internacionais têm contribuído para uma recuperação econômica mundial mais lenta, afetando a estabilidade financeira em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil.

Diante desse cenário, é natural surgirem preocupações sobre o futuro e as perspectivas financeiras. Entretanto, gostaria de reforçar nosso compromisso inabalável com você e com os princípios fundamentais que regem a Sicoob COOPMIL. Em momentos desafiadores – é que verdadeiramente testamos nossa capacidade de adaptação.

Estamos totalmente dedicados a enfrentar esses desafios de frente e cientes de que o papel de uma cooperativa vai além das transações financeiras; é sobre solidariedade, ajuda mútua e o fortalecimento da comunidade. Estamos fazendo, e continuaremos a fazer, tudo ao nosso alcance para garantir que a Sicoob COOPMIL permaneça um porto seguro para as necessidades financeiras de nossos cooperados.

Embora enfrentemos tempos incertos, quero compartilhar uma mensagem de otimismo. A história nos ensina que, mesmo em situações difíceis, a resiliência humana e a cooperação podem superar adversidades. Estamos confiantes de que, com trabalho árduo, persistência e dedicação, conseguiremos superar esses desafios juntos.

Nossa equipe está empenhada em garantir que os resultados da cooperativa sejam não apenas sólidos, mas exemplares.

Em momentos como este, a cooperação é mais do que uma escolha; é uma necessidade.

Agradeço por ser parte fundamental dessa comunidade cooperativa. Continuaremos a trabalhar incansavelmente para honrar a confiança dos associados e garantir um futuro financeiro estável para todos.

Cel PM Edson de Oliveira Silva

Presidente do Conselho de
Administração da Sicoob COOPMIL

Mensagem dos **PRESI DEN TES**



É com grande satisfação que compartilho algumas reflexões sobre as perspectivas das cooperativas de crédito, tanto ao nível mundial quanto no contexto brasileiro. Vivemos em um momento crucial em que a solidariedade e a cooperação ganham ainda mais relevância.

Globalmente, as cooperativas de crédito têm se destacado como pilares de resiliência financeira, oferecendo uma alternativa sólida aos modelos tradicionais.

No cenário internacional, observamos um reconhecimento crescente do papel fundamental desempenhado por essas instituições na promoção da inclusão financeira e na construção de comunidades economicamente saudáveis.

No Brasil, nossa realidade não é diferente. As cooperativas de crédito têm um papel vital na democratização do acesso a serviços financeiros, proporcionando aos cooperados não apenas transações bancárias, mas um verdadeiro apoio em suas jornadas financeiras. A essência cooperativista, baseada na colaboração e no benefício mútuo, tem sido um farol em meio às complexidades econômicas.

A confiança depositada em nossa cooperativa é o alicerce de nossa missão. O cooperativismo de crédito não é apenas um modelo financeiro, é uma filosofia que busca equidade, participação ativa e responsabilidade social.

Neste contexto desafiador, reforçamos nosso compromisso em adaptar e fortalecer nossos serviços, sempre alinhados com as necessidades dinâmicas de nossos cooperados. A tecnologia desempenha um papel crucial nesse processo, capacitando-nos a oferecer soluções inovadoras e eficientes.

À medida que enfrentamos os desafios presentes e antecipamos os do futuro, contamos com a participação ativa de cada cooperado.

Sua voz e contribuição são essenciais para moldar o caminho à frente. Juntos, continuaremos a construir uma cooperativa de crédito que não apenas atenda, mas supere as expectativas, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável de todos.

Cel PM Hudson Tabajara Camilli
Diretor-Presidente da Sicoob COOPMIL



2023

RE

TROS

PECTIVA

Em 2023, a Sicoob COOPMIL seguiu com seu árduo trabalho em levar produtos, serviços e benefícios de qualidade para seus associados, sempre com foco no bem-estar de todos. Também obteve grandes conquistas e participou de importantes ações.

Confira!

RETROSPECTIVA

MARÇO

Manutenção ISO 9001:2015

Em março, a Sicoob COOPMIL passou por mais uma auditoria de manutenção da ISO 9001:2015. Trata-se de uma norma internacional que estabelece os requisitos para o sistema de gestão da qualidade em uma organização. Ela ajuda as empresas a melhorar continuamente a qualidade de seus produtos e serviços, a aumentar a satisfação do cliente e a otimizar seus processos internos.



ABRIL



Evento VENDE SICOOB

A Sicoob COOPMIL participou da 5ª edição do Vende Sicoob, realizada nos dias 14 e 15 de abril em Brasília. O evento contou com mais de 2.000 participantes e, por meio de palestras de capacitação, conteúdos específicos, premiações e momentos de entretenimento, proporcionou uma plataforma para aprendizado e networking, servindo também como um lembrete poderoso do potencial ilimitado que a cooperação e o trabalho em equipe podem alcançar.

Realizada a Assembleia Geral Ordinária

No dia 20 de abril, a Sicoob COOPMIL reuniu seus delegados para a Assembleia Geral Ordinária. Este evento anual não apenas oferece uma oportunidade para apresentar os resultados do ano anterior, mas também é um momento crucial para a tomada de decisões importantes sobre o futuro da cooperativa. Ao participar dessas reuniões, os delegados têm a oportunidade de expressar suas opiniões e contribuir para as decisões estratégicas que moldarão os próximos passos da Sicoob COOPMIL.



RETROSPECTIVA

AGOSTO

Posse Conselho de Administração

No dia 2 de agosto tivemos a cerimônia de posse do novo Conselho de Administração da Sicoob COOPMIL, com mandato de 2023 a 2027. A chapa “No Rumo Certo” foi eleita por unanimidade pela Assembleia Geral, composta por: Cel PM Edson de Oliveira Silva, Cel PM Erik Hoelz Colla, Ten Cel PM Alexandre Luiz Alves, Ten Cel PM Hallison Luiz Pontes, Cel PM Carla Danielle Basson, Cel PM Marcos R. Chaves da Silva e Cel PM Frank Itinoce. Na ocasião, foi realizada uma homenagem ao Cel PM Wellington Luiz Dorian Venezian, que por 10 anos dedicou seus esforços pelo sucesso da cooperativa como Diretor de Negócios.



Falecimento do Delegado Cel PM Iaroslav Aradzenka

Em 5 de agosto, a Sicoob COOPMIL perdeu um grande parceiro, o Cel PM Iaroslav Aradzenka. Ele foi um grande entusiasta do cooperativismo, participando ativamente como delegado por mais de 15 anos na Sicoob COOPMIL.

Sicoob COOPMIL completa 34 anos

O ano de 2023 foi marcado pelo aniversário de 34 anos da cooperativa. Em 18 de agosto de 1989, um grupo de policiais militares idealizou uma instituição financeira que promovesse a justiça financeira por meio de melhores condições aos membros da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Hoje, a Sicoob COOPMIL continua com o seu propósito de “Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade”, agora com cooperados espalhados em todo o território nacional.



RETROSPECTIVA

SETEMBRO



Realizada Assembleia Geral Extraordinária

Em 18 de setembro, os delegados da Sicoob COOPMIL reuniram-se mais uma vez, desta vez para votar sobre reformas no regulamento eleitoral e no Estatuto Social, adequando-os às modificações legislativas impostas pela Lei Complementar n.º 196/2022.

OUTUBRO



Falecimento do Ten PM José Vicente da Conceição

Em outubro, a Sicoob COOPMIL perdeu um de seus fundadores e maiores idealizadores, o querido Ten PM José Vicente da Conceição. O Ten PM Conceição se dedicou incansavelmente por 25 anos para que a cooperativa pudesse prestar apoio financeiro aos irmãos de farda. Hoje, a Sicoob COOPMIL alcançou patamares ainda maiores, graças à dedicação deste amigo e de muitos outros que passaram pela nossa trajetória.

RETROSPECTIVA



Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho

De 30 de outubro a 3 de novembro, a cooperativa promoveu a SIPAT 2023. A semana foi marcada com palestras a todos os colaboradores com temas relevantes, como: alimentação saudável, motivação no ambiente de trabalho, cuidados com a saúde mental, inteligência emocional, entre outros.

DEZEMBRO

Sicoob COOPMIL recebeu dois prêmios no Interligados, durante o jantar de confraternização da Cecresp

A Cecresp promove anualmente o Prêmio Interligados como forma de valorizar as cooperativas que mais se destacaram ao longo do ano. O reconhecimento faz parte do resultado de um trabalho conjunto.



A Sicoob COOPMIL destacou-se em:

- 1º lugar em Adesão Digital;
- 3º lugar em Sustentabilidade: projeto Roda Vida.

Sicoob COOPMIL apoia a 56ª Corrida Sargento Gonzaguinha

A 56ª Corrida Sargento Gonzaguinha foi realizada no dia 12 de dezembro. Organizada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, a tradicional prova teve largada e chegada na Avenida Cruzeiro do Sul (SP), em frente à EEFPM, com percursos de 4km e 15km, além da Corrida Sargento Gonzaguinha Kids, que aconteceu em 11 de dezembro.



RETROSPECTIVA



Aplicações Sicoob COOPMIL

Conheça os números referentes às aplicações na Sicoob COOPMIL em 2023.

Modalidade	Aplicadores	Saldo
RDC	1685	R\$ 120.177.879,27
Previdência PGBL	151	R\$ 996.053,65
Previdência VGBL	13	R\$ 130.834,90
Poupança Sicoob	263	R\$ 364.562,01
Tesouro Direto	16	R\$ 174.436,42



Seguro Prestamista

Nesta modalidade, que assegura a quitação de débitos em caso de falecimento e a devolução de valores aos familiares, tivemos **5.148 contratações** e a movimentação de **R\$ 1.050.625,93**.



Consórcio

Os consórcios de imóveis, automóveis e serviços movimentaram o valor de **R\$ 18.351.110,00**, por meio de **201 contratações**.



Crédito

Nas operações de crédito, tivemos ótimos resultados. No ano de 2023, foram efetuados **5.907 contratos** nas diversas linhas oferecidas pela cooperativa, somando um montante de **R\$ 61.730.105,64**.



Seguros diversos

Somando as modalidades de seguros, como: automóveis, vida, residencial, entre outras, foram realizadas **611 contratações**, com movimentação de **R\$ 262.364,04**.

RETROSPECTIVA



Conta Corrente

No serviço de conta corrente, que oferece excelentes pacotes e vantagens aos associados, alcançamos o total de 22.614 correntistas, sendo 21.433 pessoas naturais e 1.181 pessoas jurídicas.



Cartão de Crédito COOPMIL Sicoobcard

O Cartão de Crédito COOPMIL Sicoobcard é um dos produtos preferidos dos nossos cooperados. Em 2023, contabilizamos um total de **10.483 cartões operativos**.



Unidade de Atendimento ao Cliente (UniACli)

Em 2023, a UniACli (Unidade de Atendimento ao Cliente) realizou diversos atendimentos ao cooperado, entre eles: elogios, dúvidas, reclamações e sugestões. Confira!

Telefone ativo e receptivo	16.186
Portal e chat	219
E-mail	4.252
WhatsApp	43.727



Unidade de Comunicação e Marketing

A Unidade de Comunicação é responsável por deixar os associados por dentro das novidades da cooperativa, além de divulgar os produtos, serviços e benefícios disponibilizados. Em 2023, foram disparados **5.949.962 e-mails marketing** e **819.409 SMSs**.



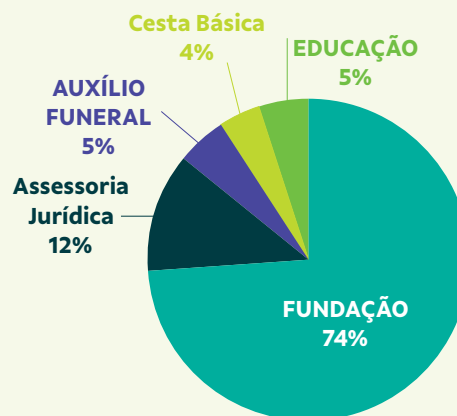
Adesões

Em 2023, a Sicoob COOPMIL recebeu um total de 1.402 novas adesões, sendo 1.080 de pessoas físicas, 316 pessoas jurídicas e 6 produtores rurais. Destas, 943 foram por meio digital e 459 presencial.

RETROSPECTIVA

FATES (Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social)

No FATES, registramos a movimentação de **R\$ 399.136,20**. Estes recursos foram destinados ao atendimento de solicitações socioeconômicas aos cooperados, conforme gráfico ao lado:



Fundação Helio Lourenço Camilli

A Sicoob COOPMIL, por meio de sua Fundação, investe em ações sociais e em assistências aos seus associados, nas áreas: Social, Jurídica, Educacional, Psicológica, Odontológica, de Lazer e Auxílio Funeral. Confira a seguir os números registrados em 2023:



Assistência Odontológica:
1443 atendimentos

Convênios de Saúde:
16 atendimentos

Convênios Comerciais:
18 atendimentos

Convênios Educacionais:
83 atendimentos

Assistência Psicológica:
126 atendimentos

Assistência Funeral:
32 atendimentos

Assistência Jurídica:
261 atendimentos

Serviço Social:
844 atendimentos



Relatório da **ADMINISTRAÇÃO**

31 de dezembro de 2023

Relatório da **Administração** **31 de dezembro de 2023**



Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em **31 de dezembro de 2023** da cooperativa financeira SICOOB COOPMIL.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o país, sendo a 3ª maior instituição financeira do Brasil e presente em cerca de 2,3 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente às diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

Relatório da **Administração** **31 de dezembro de 2023**



3. Nossa cooperativa

A SICOOB COOPMIL é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

Conheça um pouco do nosso Conselho de Administração e Diretoria:

Conselho de Administração

Cel PM Edson de Oliveira Silva
Presidente

Cel PM Erik Hoelz Colla
Vice-Presidente

Ten Cel PM Alexandre
Luiz Alves
Conselheiro Efetivo

Cel PM Marcos Roberto
Chaves da Silva
Conselheiro Efetivo

Cel PM Carla
Danielle Basson
Conselheira Efetiva

Ten Cel PM Hallison
Luiz Pontes
Conselheiro Efetivo

Cel PM
Frank Itinoce
Conselheiro Efetivo

Diretoria

Cel PM Hudson Tabajara Camilli
Diretor-Presidente

Cel PM Wellington Luiz Dorian Venezian
Diretor de Negócios (até julho de 2023)

Cel PM Ernesto de Jesus Herrera
Diretor de Desenvolvimento Organizacional

Contador

Fernando Guglielmelli da Silva
Contador - 251999/O-4

Relatório da **Administração** **31 de dezembro de 2023**

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos, que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 90,36% nos níveis de "AA" à "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

A gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CECRESP e CENTRO COOPERATIVO SICOOB), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo CENTRO COOPERATIVO SICOOB e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética firmado com pelo CENTRO COOPERATIVO SICOOB e com o Código de Conduta da Sicoob COOPMIL.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

Até **31 de dezembro de 2023**, a **SICOOB COOPMIL** teve um total de 166 (cento e sessenta e seis) manifestações registradas na ouvidoria do Sicoob, as quais foram tratadas individualmente e também trabalhadas na Comissão de Tratamento de Não Conformidades para evitar reincidência e melhorar dos processos e serviços aos Cooperados. Dentre elas, havia reclamações relacionadas principalmente a empréstimo, conta corrente, capital social, cartão de crédito e desligamento da cooperativa.

Relatório da **Administração** **31 de dezembro de 2023**

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: **31 de dezembro de 2023**. Unidade de Apresentação: reais.

Resultados Financeiros do Período	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Perdas do Exercício	-38,65%	(10.545.975,36)	(17.189.456,44)

Número de cooperados	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	-8,46%	30.202	32.993

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Carteira Rural	-28,57%	19.989,02	27.984,62
Carteira Comercial	-8,63%	206.412.112,56	225.911.305,29
Total	-8,63%	206.432.101,58	225.939.289,91

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de **31/12/2023** o percentual de 9,14% da carteira, no montante de R\$ 18.866.397,44.

Captações	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	22,74%	10.945.048,66	8.917.076,89
Depósitos a prazo	8,83%	120.177.879,27	110.427.575,25
LCA	-	1.227.798,17	-
Total	10,90%	132.350.726,10	119.344.652,14

Relatório da **Administração** **31 de dezembro de 2023**

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base **de 31/12/2023** o percentual de 37% da captação, no montante de R\$ 48.962.439,43.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	-26,35%	69.172.972,66	93.915.631,36

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2024

Cel PM Ernesto de Jesus Herrera
Diretor de Desenvolvimento Organizacional



Demonstrações

CON TÁBEIS

Conheça nossas Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis

Balço PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		299.906.529,92	292.926.970,72
DISPONIBILIDADES	4	261.919,47	216.577,59
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		300.721.230,99	296.759.142,34
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	14.499.067,77	-
Títulos e Valores Mobiliários	6	68.627.610,91	64.011.958,44
Relações Interfinanceiras		8.577.599,76	4.073.504,62
Centralização Financeira	4	8.577.599,76	4.073.504,62
Operações de Crédito	7	206.432.101,58	225.939.289,91
Outros Ativos Financeiros	8	2.584.850,97	2.734.389,37
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(11.856.510,31)	(15.011.069,99)
(-) Operações de Crédito	7e	(10.971.614,44)	(13.879.525,94)
(-) Outras	8.1a	(884.895,87)	(1.131.544,05)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	123.726,30	740.932,15
OUTROS ATIVOS	10	1.274.489,37	985.828,79
IMOBILIZADO DE USO	11	15.898.577,13	17.122.393,13
INTANGÍVEL	12	3.663.340,77	1.428.491,58
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	11 e 12	(10.180.243,80)	(9.315.324,87)
TOTAL DO ATIVO		299.906.529,92	292.926.970,72

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		299.906.529,92	292.926.970,72
DEPÓSITOS	13	131.122.927,93	119.344.652,14
Depósitos à Vista		10.945.048,66	8.917.076,89
Depósitos a Prazo		120.177.879,27	110.427.575,25
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		71.646.857,24	59.739.818,61
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	1.227.798,17	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	70.124.121,31	59.242.611,53
Outros Passivos Financeiros	16	294.937,76	497.207,08
PROVISÕES	17	425.878,50	1.225.396,29
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	496.298,48	577.415,24
OUTROS PASSIVOS	19	8.785.226,96	7.708.708,06
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	87.429.340,81	104.330.980,38
CAPITAL SOCIAL		89.928.504,47	96.375.580,07
RESERVAS DE SOBRAS		8.046.811,70	25.146.788,39
PERDAS ACUMULADAS		(10.545.975,36)	(17.191.388,08)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		299.906.529,92	292.926.970,72

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Contábeis

SOBRAS ou PERDAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		29.333.517,33	54.966.092,09	49.459.961,31
Operações de Crédito	22	26.494.003,45	49.329.256,80	45.156.930,06
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	389.949,66	577.173,20	751.355,10
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.b	2.449.564,22	5.059.662,09	3.551.676,15
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	(15.072.068,15)	(33.157.596,85)	(30.684.006,71)
Operações de Captação no Mercado	13.b	(7.842.719,62)	(15.974.669,00)	(13.690.579,58)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.b	(4.605.890,11)	(9.229.458,09)	(6.924.012,93)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(2.623.458,42)	(7.953.469,76)	(10.069.414,20)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		14.261.449,18	21.808.495,24	18.775.954,60
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(13.477.728,68)	(31.319.735,15)	(36.858.136,52)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	1.859.653,30	2.589.484,82	2.110.639,54
Rendas de Tarifas	25	1.484.873,93	2.964.724,41	2.867.730,10
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(8.379.787,05)	(18.887.860,94)	(22.807.305,65)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(10.462.269,65)	(20.369.547,34)	(21.658.894,25)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(242.045,47)	(417.042,51)	(505.164,59)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	5.600.252,68	8.251.650,68	7.764.362,98
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(3.338.406,42)	(5.451.144,27)	(4.629.504,65)
PROVISÕES	31	71.737,96	(800.913,30)	93.613,40
Provisões/Reversões para Contingências	31	(92.861,69)	(948.143,88)	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31	164.599,65	147.230,58	93.613,40
RESULTADO OPERACIONAL		855.458,46	(10.312.153,21)	(17.988.568,52)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32	147.998,80	481.561,03	1.086.377,48
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO		1.003.457,26	(9.830.592,18)	(16.902.191,04)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(703.653,46)	(715.383,18)	(287.265,40)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(407.259,75)	(418.759,83)	(168.425,12)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(296.393,71)	(296.623,35)	(118.840,28)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO		299.803,80	(10.545.975,36)	(17.189.456,44)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO	299.803,80	(10.545.975,36)	(17.189.456,44)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	299.803,80	(10.545.975,36)	17.189.456,44

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Contábeis

MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021	106.606.610,38	(443.863,67)	25.925.909,99	(3.212.125,30)	128.876.531,40
Destinações do exercício anterior:					
Absorção de Perdas com Reserva	-	-	(3.212.125,30)	3.212.125,30	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	2.433.003,70	-	2.433.003,70
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	22.030.773,63	(3.344.423,54)	-	-	18.686.350,09
Por Devolução (-)	(28.437.014,53)	-	-	-	(28.437.014,53)
Estorno de Capital	(36.502,20)	-	-	-	(36.502,20)
Perdas do Período Antes dos Juros ao Capital	-	-	-	(17.189.456,44)	(17.189.456,44)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.931,64)	(1.931,64)
Saldos em 31/12/2022	100.163.867,28	(3.788.287,21)	25.146.788,39	(17.191.388,08)	104.330.980,38

Saldos em 31/12/2022	100.163.867,28	(3.788.287,21)	25.146.788,39	(17.191.388,08)	104.330.980,38
Destinações do Exercício Anterior:					
Absorção de Perdas com Reserva	-	-	(17.191.388,08)	17.191.388,08	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	91.411,39	-	91.411,39
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	22.850.725,96	(6.849.031,32)	-	-	16.001.694,64
Por Devolução (-)	(22.414.652,24)	-	-	-	(22.414.652,24)
Estorno de Capital	(34.118,00)	-	-	-	(34.118,00)
Perdas do Período	-	-	-	(10.545.975,36)	(10.545.975,36)
Saldos em 31/12/2023	100.565.823,00	(10.637.318,53)	8.046.811,70	(10.545.975,36)	87.429.340,81

Saldos em 30/06/2023	100.506.503,51	(7.250.716,18)	7.955.400,31	(10.845.779,16)	90.365.408,48
Outros Eventos/Reservas	-	-	91.411,39	-	91.411,39
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	11.409.815,74	(3.386.602,35)	-	-	8.023.213,39
Por Devolução (-)	(11.327.782,63)	-	-	-	(11.327.782,63)
Estorno de Capital	(22.713,62)	-	-	-	(22.713,62)
Sobras do Período	-	-	-	299.803,80	299.803,80
Saldos em 31/12/2023	100.565.823,00	(10.637.318,53)	8.046.811,70	(10.545.975,36)	87.429.340,81

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Contábeis

FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO	1.003.457,26	(9.830.592,18)	(16.902.191,04)
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	(3.016.355,67)	(3.016.355,67)	-
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo	-	(109.000,20)	(3.295,35)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	2.623.458,42	7.953.469,76	10.069.414,20
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(164.599,65)	(147.230,58)	(93.613,40)
Provisões/Reversões para Contingências	92.861,69	948.143,88	-
Atualização de Depósitos em Garantia	(25.411,70)	(36.770,31)	(21.722,45)
Depreciações e Amortizações	507.820,50	963.462,82	809.990,75
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO AJUSTADO	1.021.230,85	(3.274.872,48)	(6.141.417,29)
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.614.120,47	(6.495.568,65)	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	5.985.078,15	(4.176.823,20)
Operações de Crédito	68.830,54	9.978.962,55	(6.192.008,08)
Outros Ativos Financeiros	(510.056,73)	(1.393.494,95)	(1.518.591,64)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	621.254,04	617.205,85	111,01
Outros Ativos	572.591,89	(288.660,58)	207.428,30
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos à Vista	4.194.885,55	2.027.971,77	(516.328,78)
Depósitos a Prazo	9.873.771,37	9.750.304,02	4.621.156,24
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	1.227.798,17	1.227.798,17	(25.584,87)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.405.775,78	10.881.509,78	26.905.754,42
Outros Passivos Financeiros	(110.351,27)	(202.269,32)	108.428,54
Provisões	(23.171,66)	(1.600.431,09)	651.805,59
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	210.085,35	(93.080,90)	(336.876,83)
Outros Passivos	519.366,97	1.076.518,90	(2.572.077,92)
Outras Destinações	91.411,39	91.411,39	2.433.003,70
Imposto de Renda Pago	(403.532,16)	(415.032,24)	-
Contribuição Social Pago	(288.157,16)	(288.386,80)	-
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	23.085.853,39	27.584.963,57	13.447.979,19
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo	-	6.196,49	3.295,35
Distribuição de Sobras da Central Recebidos – Invest. Aval. Custo	-	102.803,71	-
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	3.016.355,67	3.016.355,67	-
Aquisição de Intangível	(1.979.705,19)	(2.201.954,81)	(501.301,47)
Aquisição de Imobilizado de Uso	1.661.730,75	1.092.377,73	(2.151.671,71)
Aquisição de Investimentos	(4.155.791,65)	(6.715.016,29)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.457.410,42)	(4.699.237,50)	(2.649.677,83)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	8.023.213,39	16.001.694,64	18.686.350,09
Devolução de Capital aos Cooperados	(11.327.782,63)	(22.414.652,24)	(28.437.014,53)
Estorno de Capital	(22.713,62)	(34.118,00)	(36.502,20)
Outros Eventos/Reservas	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(3.327.282,86)	(6.447.075,60)	(9.787.166,64)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.301.160,11	16.438.650,47	1.011.134,72
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	39.101.906,22	40.964.415,86	39.953.281,14
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	57.403.066,33	57.403.066,33	40.964.415,86
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	18.301.160,11	16.438.650,47	1.011.134,72

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB COOPMIL**, doravante denominado **SICOOB COOPMIL**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **18/08/1989**, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente do **CENTRO COOPERATIVO SICOOB**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB COOPMIL, sediado à **RUA VENCESLAU BRÁS, Nº 175, CENTRO, SÃO PAULO – SP**, possui 16 Postos de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: **OSASCO – SP, SÃO PAULO – SP, SANTOS – SP, CAMPINAS – SP, GUARULHOS – SP, ARARAQUARA – SP, FRANCA – SP, JUNDIAÍ – SP, PIRACICABA – SP, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP, ARAÇATUBA – SP, BAURU – SP, PRESIDENTE PRUDENTE – SP, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP, SOROCABA – SP, 1 PONTO DE ATENDIMENTO DIGITAL – SP.**

A **SICOOB COOPMIL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e *Conselho Monetário Nacional* – CMN, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional* – COSIF, consoante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis* – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa e sua aprovação foi concedida em 19/02/2024.

2.1 MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÃO

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

de Depósito Bancário (CDB), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, a **Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022**: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não foram identificadas perda provável, a reversão da provisão foi efetivada, substancialmente, no primeiro semestre de 2023.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

i) **Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022**: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;

ii) **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022**: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e

iii) **Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023**: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif;

iv) **Instrução Normativa BCB nº 426 de 1/12/2023**: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A seguir o resumo dos Planos de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas pela norma:

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

Fase 1 – Avaliação (2022): Englobou atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 – Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021.

Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:

Requerimentos de classificação: determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPI).

Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais: reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de origem.

Mensuração subsequente: novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.

Reconhecimento e mensuração do produto câmbio: deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.

Perdas esperadas: a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.

Disposições transitórias: serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN 4966/2021 e da Resolução 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º/1/2025.

Durante a execução da Fase 2 – Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de motores para cálculos.

Em complemento, a **Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023**, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, considerando o estágio do cumprimento do seu Plano de recuperação, conforme mencionado na nota explicativa 37. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira é composta pelas Participações de Cooperativas, Títulos e Valores Mobiliários e Cédula de Produto Rural.

As Participações de Cooperativas são registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

k) mobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

n) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

o) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

p) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

q) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

r) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

s) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 43.272.583,38. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 121.320.250,09. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 78.047.666,71.

u) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

w) Instrumentos Financeiros

A SICOOB COOPMIL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2023 e 2022**, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

x) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em **31 de dezembro de 2023**.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	261.919,47	216.577,59
Aplicação Interfinanceira de Liquidez (b)	8.003.499,12	-
Relações interfinanceiras – centralização financeira (a)	8.577.599,76	4.073.504,62
Títulos e Valores Mobiliários (b)	40.560.047,98	36.674.333,65
TOTAL	57.403.066,33	40.964.415,86

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP conforme determinado no art. 3, da Resolução CMN nº 5.051/2022.

(b) Referem-se as operações com disponibilidade imediata e cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em **31 de dezembro de 2023**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total
Ligadas	8.003.499,12	6.495.568,65	14.499.067,77
TOTAL	8.003.499,12	6.495.568,65	14.499.067,77

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCO DAYCOVAL que possuem liquidez diária e vencimentos de títulos até 20 de junho de 2025 com rendimentos médios de 102,50% do CDI.

Abaixo, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	Acima de 360	Total
Ligadas – CDI	8.003.499,12	6.495.568,65	14.499.067,77
TOTAL	8.003.499,12	6.495.568,65	14.499.067,77

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em **31 de dezembro de 2023 e 2022**, registrados em contrapartida à receita de “Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	389.949,66	577.173,20	751.355,10

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Não Circulante	Não Circulante
Participação em Cooperativa Central de Crédito	28.043.298,66	21.328.282,37
Partic. em Instituição Financ. Controlada Por Cooperativa de Crédito	23.208,73	23.208,73
Outras Participações	1.055,54	1.055,54
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS (a)	28.067.562,93	21.352.546,64
TOTAL	28.067.562,93	21.352.546,64

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

b) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Títulos de Renda Fixa	20.661.797,79	18.540.667,69
Cotas de Fundos de Investimento	19.898.250,19	18.133.665,96
Títulos dados em Garantia – Outros	0,00	5.985.078,15
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	40.560.047,98	42.659.411,80
TOTAL	40.560.047,98	42.659.411,80

Referem-se a aplicações em fundos de investimentos SICOOB CENTRAL CECRESP com remuneração média de 106,45% do CDI. Também há Recibos de Depósitos Cooperativos – RDC, junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP, com remuneração média de 100% do CDI.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em **31 de dezembro de 2023 e 2022**, registrados em contrapartida à receita de "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.152.708,95	2.531.530,26	2.301.706,54
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	1.296.855,27	2.528.131,83	1.249.969,61
TOTAL	2.449.564,22	5.059.662,09	3.551.676,15

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e TD	55.307.393,61	150.323.571,72	205.630.965,33	51.537.668,02	173.804.075,99	225.341.744,01
Financiamentos	281.730,57	499.416,66	781.147,23	168.675,30	400.885,98	569.561,28
Financiamentos Rurais	8.176,52	11.812,50	19.989,02	8.297,12	19.687,50	27.984,62
Total de Operações de Crédito	55.597.300,70	150.834.800,88	206.432.101,58	51.714.640,44	174.224.649,47	225.939.289,91
(-) PDD	(4.998.848,84)	(5.972.765,60)	(10.971.614,44)	(5.852.514,47)	(8.027.011,47)	(13.879.525,94)
TOTAL	50.598.451,86	144.862.035,28	195.460.487,14	45.862.125,97	166.197.638,00	212.059.763,97

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo /TD	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA - Normal	24.652.174,43	-	-	24.652.174,43		26.293.961,99	
A 0,5% Normal	67.162.615,64	138.744,40	-	67.301.360,04	(336.508,49)	79.045.660,68	(395.230,68)
B 1% Normal	56.543.747,96	277.936,98	-	56.821.684,94	(568.216,85)	51.394.642,10	(513.946,42)
B 1% Vencidas	889.619,55	-	-	889.619,55	(8.896,20)	4.767.123,13	(47.671,23)
C 3% Normal	38.143.583,88	239.520,30	19.989,02	38.403.093,20	(1.152.092,80)	36.939.654,06	(1.108.189,62)
C 3% Vencidas	2.664.371,94	-	-	2.664.371,94	(79.931,16)	5.728.027,69	(171.840,83)
D 10% Normal	3.309.463,51	35.528,32	-	3.344.991,83	(334.499,18)	5.064.380,28	(506.438,03)
D 10% Vencidas	1.605.523,57	-	-	1.605.523,57	(160.552,36)	2.566.839,97	(256.684,00)
E 30% Normal	1.077.250,60	26.395,46	-	1.103.646,06	(331.093,82)	1.127.728,37	(338.318,51)
E 30% Vencidas	680.255,60	-	-	680.255,60	(204.076,68)	972.203,25	(291.660,98)
F 50% Normal	992.192,07	-	-	992.192,07	(496.096,04)	1.438.488,18	(719.244,09)
F 50% Vencidas	930.263,04	-	-	930.263,04	(465.131,52)	1.574.246,11	(787.123,06)
G 70% Normal	193.354,34	-	-	193.354,34	(135.348,04)	166.238,83	(116.367,18)
G 70% Vencidas	501.332,25	-	-	501.332,25	(350.932,58)	777.613,20	(544.329,24)
H 100% Normal	1.909.451,15	42.009,67	-	1.951.460,82	(1.951.460,82)	2.403.291,67	(2.403.291,67)
H 100% Vencidas	4.375.765,80	21.012,10	-	4.396.777,90	(4.396.777,90)	5.679.190,40	(5.679.190,40)
Total Normal	193.983.833,58	760.135,13	19.989,02	194.763.957,73	(5.305.316,04)	203.874.046,16	(6.101.026,20)
Total Vencidos	11.647.131,75	21.012,10	-	11.668.143,85	(5.666.298,40)	22.065.243,75	(7.778.499,74)
Total Geral	205.630.965,33	781.147,23	19.989,02	206.432.101,58	(10.971.614,44)	225.939.289,91	(13.879.525,94)
Provisões	(10.885.862,83)	(85.151,94)	(599,67)	(10.971.614,44)		(13.879.525,94)	
Total Líquido	194.745.102,50	695.995,29	19.389,35	195.460.487,14		212.059.763,97	

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Títulos Descontados	17.973.687,41	37.333.706,20	150.323.571,72	205.630.965,33	225.341.744,01
Financiamentos	80.808,09	200.922,48	499.416,66	781.147,23	569.561,28
Financiamentos Rurais	2.270,27	5.906,25	11.812,50	19.989,02	27.984,62
TOTAL	18.056.765,77	37.540.534,93	150.834.800,88	206.432.101,58	225.939.289,91

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos /TD	Financ.	Financ. Rurais	% da Carteira	31/12/2023	31/12/2022
Setor Privado – Comércio	623.850,33	–	–	0,30%	623.850,33	30.836,78
Setor Privado – Indústria	142.997,51	–	–	0,07%	142.997,51	–
Setor Privado – Serviços	19.235.108,59	363.189,19	–	9,49%	19.598.297,78	4.127.678,83
Pessoa Física	185.629.008,90	417.958,04	19.989,02	90,13%	186.066.955,96	221.780.774,30
TOTAL	205.630.965,33	781.147,23	19.989,02	100,00%	206.432.101,58	225.939.289,91

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	13.879.525,94	12.995.874,97
Constituições/Reversões no período	6.620.314,28	8.694.252,62
Transferência para prejuízo no período	(9.528.225,78)	(7.810.601,65)
Saldo Final	10.971.614,44	13.879.525,94

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	6.266.460,31	3,02%	299.412,36	0,13%
10 Maiores Devedores	16.400.231,77	7,91%	2.431.900,53	1,07%
50 Maiores Devedores	24.234.872,45	11,68%	9.950.253,39	4,38%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	100.091.576,43	98.599.877,29
Valor das operações transferidas no período	11.109.105,76	8.851.278,53
Valor das operações recuperadas no período	(5.735.970,02)	(2.033.105,92)
Valor das operações renegociadas no período	(4.561.251,14)	(4.391.773,46)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(2.260.231,37)	(934.700,01)
Saldo Final	98.643.229,66	100.091.576,43

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em **31 de dezembro de 2023 e 2022**, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	1.117.531,06	-	1.117.531,06	1.420.712,90	-	1.420.712,90
Rendas a Receber (b)	332.541,37	-	332.541,37	242.302,28	-	242.302,28
Títulos e Créditos a Receber (c)	724.093,37	-	724.093,37	697.459,33	-	697.459,33
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	-	410.685,17	410.685,17	-	373.914,86	373.914,86
TOTAL	2.174.165,80	410.685,17	2.584.850,97	2.360.474,51	373.914,86	2.734.389,37

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo **Banco Sicoob**, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas Convênios a Receber de Cartões (R\$ 332.541,37);
Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 724.093,37);

(c) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: - Depósito Judicial de Recursos Trabalhistas (R\$ 410.685,17).

8.1 PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO RELATIVAS A OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

a) **Provisões para Perdas Associadas** ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(884.895,87)	(1.131.544,05)
TOTAL	(884.895,87)	(1.131.544,05)

b) **Provisões para Perdas Associadas** ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
E	30%	Normal	1.063,28	1.063,28	(319,12)	2.737,29	(821,47)
E	30%	Vencidas	189.182,28	189.182,28	(56.754,68)	197.950,99	(59.385,30)
F	50%	Vencidas	175.434,03	175.434,03	(87.717,02)	178.104,45	(89.052,23)
G	70%	Vencidas	39.154,74	39.154,74	(27.408,32)	198.783,73	(139.148,61)
H	100%	Vencidas	712.696,73	712.696,73	(712.696,73)	843.136,44	(843.136,44)
Total Normal			1.063,28	1.063,28	(319,12)	2.737,29	(821,47)
Total Vencidos			1.116.467,78	1.116.467,78	(884.576,75)	1.417.975,61	(1.130.722,58)
Total Geral			1.117.531,06	1.117.531,06	(884.895,87)	1.420.712,90	(1.131.544,05)
Provisões			(884.895,87)	(884.895,87)		(1.131.544,05)	
Total Líquido			232.635,19	232.635,19		289.168,85	

9. ATIVOS FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDOS

Em **31 de dezembro de 2023 e 2022**, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	123.726,30	740.932,15
TOTAL	123.726,30	740.932,15

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

10. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	277.183,29	68.696,31
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	57.901,56	51.139,68
Devedores Diversos – País (a)	614.020,33	550.420,78
Despesas Antecipadas (b)	325.384,19	315.572,02
TOTAL	1.274.489,37	985.828,79

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 612.671,00); Pendências a Regularizar – **BANCO SICOOB** (R\$ 1.349,33);

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros (R\$ 78.734,90), Vale Refeição, Transporte e Alimentação (R\$ 190.901,46) e outros (R\$ 55.747,83).

11. IMOBILIZADO DE USO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado em Curso (a)		1.012.761,60	2.243.413,87
Terrenos		1.510.991,95	1.510.991,95
Edificações	4%	5.804.735,87	5.804.735,87
Instalações	10%	2.972.732,14	2.965.326,14
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.090.442,36	2.182.891,33
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.077.420,09	2.006.677,58
Sistema de Segurança	10%	188.254,87	167.118,14
Sistema de Transporte	20%	241.238,25	241.238,25
Total de Imobilizado de Uso		15.898.577,13	17.122.393,13
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso – Edificações		(4.022.130,26)	(3.789.940,82)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.391.664,26)	(1.168.728,17)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(3.564.042,84)	(3.497.931,28)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(241.238,25)	(241.238,25)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(9.219.075,61)	(8.697.838,52)
TOTAL		6.679.501,52	8.424.554,61

(a) A variação de 2022 para 2023 trata-se, basicamente, de encerramento de alguns pontos de atendimento. As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

12. INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2023	31/12/2022
Direitos Relativos A Carteiras De Clientes		79.670,00	79.670,00
Sistemas De Processamento De Dados	20%	3.482.340,00	1.247.490,81
Sistemas De Comunicação E De Segurança	20%	94.645,89	94.645,89
Outros Ativos Intangíveis		6.684,88	6.684,88
Intangível		3.663.340,77	1.428.491,58
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(961.168,19)	(617.486,35)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(961.168,19)	(617.486,35)
TOTAL		2.702.172,58	811.005,23

13. DEPÓSITOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	10.945.048,66	-	10.945.048,66	8.917.076,89	-	8.917.076,89
Depósito a Prazo (b)	112.279.619,54	7.898.259,73	120.177.879,27	98.913.459,28	11.514.115,97	110.427.575,25
TOTAL	123.224.668,20	7.898.259,73	131.122.927,93	107.830.536,17	11.514.115,97	119.344.652,14

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Depositante	5.329.713,27	4,28%	4.970.667,74	4,36%
10 Maiores Depositantes	35.818.486,80	28,78%	33.905.067,62	29,72%
50 Maiores Depositantes	66.231.777,87	53,23%	65.026.815,22	57,00%

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Depósitos a Prazo	(7.733.136,23)	(15.774.439,64)	(13.513.736,75)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(18.838,17)	(18.838,17)	(1.634,51)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(90.745,22)	(181.391,19)	(175.208,32)
TOTAL	(7.842.719,62)	(15.974.669,00)	(13.690.579,58)

14. RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004). Em **31 de dezembro de 2023**, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA	605.461,02	622.337,15	1.227.798,17
TOTAL	605.461,02	622.337,15	1.227.798,17

15. REPASSES INTERFINANCEIROS / OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em **31 de dezembro de 2023 e 2022**, estão assim compostos:

a) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2023			31/12/2022		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cooperativa Central	CDI	21/06/2024	1.336.570,22	-	1.336.570,22	1.736.570,22	-	1.736.570,22
Cooperativa Central	CDI	20/03/2024	2.000.000,00	-	2.000.000,00	2.000.000,00	-	2.000.000,00
Banco Sicoob	0,14% a.m. + CDI	24/01/2028	16.910.454,00	49.877.097,09	66.787.551,09	53.006.041,31	2.500.000,00	55.506.041,31
TOTAL			20.247.024,22	49.877.097,09	70.124.121,31	56.742.611,53	2.500.000,00	59.242.611,53

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob	(4.405.775,78)	(8.806.929,29)	(6.526.908,11)
Cooperativa Central	(200.114,33)	(422.528,80)	(397.104,82)
TOTAL	(4.605.890,11)	(9.229.458,09)	(6.924.012,93)

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. **Em 31 de dezembro de 2023 e 2022**, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	269.454,74	479.465,19
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	25.483,02	17.741,89
TOTAL	294.937,76	497.207,08

(a) Em Obrigações por aquisição de Bens e Direitos temos registrados os valores com Fornecedores (R\$ 269.262,47) a Outros (R\$ 192,97);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 25.259,02); e outros (R\$ 224,00).

17. PROVISÕES

Em **31 de dezembro de 2023 e 2022**, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	307.970,53	32.597,79	340.568,32	469.953,62	17.845,28	487.798,9
Provisão Para Contingências (b)	-	85.310,18	85.310,18	-	737.597,39	737.597,39
TOTAL	307.970,53	117.907,97	425.878,50	469.953,62	755.442,67	1.225.396,29

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2023 e 2022**, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Coobrigações Prestadas	14.995.118,25	15.429.420,54
TOTAL	14.995.118,25	15.429.420,54

(b) Provisão para Contingências – Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	6.767,64	410.685,17	-	373.914,86
Cíveis	78.542,54	-	737.597,39	-
TOTAL	85.310,18	410.685,17	737.597,39	373.914,86

Segundo a assessoria jurídica da **SICOOB COOPMIL**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 2.161.283,13, sendo ações de processos trabalhistas de R\$ 497.734,53 e cíveis de R\$ 1.550.492,29, e tributárias de R\$ 113.056,31.

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDAS

Em **31 de dezembro de 2023 e 2022**, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	11.964,14	287.265,40
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	67.430,26	76.136,15
Impostos e Contribuições sobre Salários	385.626,06	174.251,86
Outros	31.278,02	39.761,83
TOTAL	496.298,48	577.415,24

19. OUTROS PASSIVOS

Em **31 de dezembro de 2023 e 2022**, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Transações	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Sociais e Estatutárias (c)	6.682.401,85	4.063.411,68
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	29,81	29,81
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (a)	1.647.343,62	2.172.042,21
Credores Diversos – País (b)	455.451,68	1.473.224,36
TOTAL	8.785.226,96	7.708.708,06

(a) Refere-se a provisão a pagar de despesa de pessoal (R\$ 1.301.161,44), seguro prestamista (R\$ 42.872,60), provisão de despesa de cartões (R\$ 96.766,57) e outras (R\$ 206.543,01);

(b) Refere-se a pendências a regularizar (R\$ 126.157,11), pagamentos a processar (R\$ 207.199,54) pendências Banco do Brasil (R\$ 29.321,30), pendências Banco Sicoob (R\$ 73.742,37), devolução saldo credor-cartões (R\$ 2.428,90), pendências avais e fianças honrados (R\$ 8.242,02) e outros (R\$ 8.360,44).

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

(c) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Sobras Liquidadas a Distribuir	188.260,96	188.260,96
Cotas de Capital a Pagar (c.1)	6.494.140,89	3.875.150,72
TOTAL	6.682.401,85	4.063.411,68

(c.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No período de **31 de dezembro de 2023**, a Cooperativa reduziu seu capital social no montante de **R\$ 6.447.075,60**.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	89.928.504,47	96.375.580,07
Quantidade de Cooperados	30.202	32.993

b) Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

A perda apurada deve ser, conforme deliberação da AGO, absorvida com utilização de recursos provenientes do saldo existente em reserva legal, e rateado entre os cooperados quando insuficiente o saldo de reserva legal. É facultado às cooperativas de crédito, mediante decisão da assembleia geral, compensar, por meio de sobras dos exercícios seguintes, o saldo remanescente das perdas verificadas no exercício findo, conforme Lei Complementar nº 130/2009.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2023 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, as perdas acumuladas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 17.191.388,08, foi aprovada a utilização da Reserva Legal para absorção das perdas.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

21. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	1.404.284,71	1.854.873,99
Despesas específicas de atos não cooperativos	(897.480,73)	(1.005.017,14)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(737.261,54)	(1.164.602,22)
Resultado operacional	(230.457,56)	(314.745,37)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	481.561,03	1.086.377,48
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	251.103,47	771.632,11
IRPJ/CSLL	(715.383,18)	(287.265,40)
Deduções – Res. Sicoob 129/16 e Res. 145/16 (a)	(707.015,79)	(820.334,54)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(1.171.295,50)	(335.967,83)

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões – SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não Associados.

22. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	28.575,64	54.535,64	45.072,56
Rendas de Empréstimos	19.572.822,89	38.670.972,22	38.542.918,39
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	32.155,23	36.540,12	3.128,06
Rendas de Financiamentos	68.066,67	118.637,10	82.462,45
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Livres	718,49	1.558,36	2.102,07
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	–	–	18,00
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	6.791.664,53	10.447.013,36	6.481.228,53
TOTAL	26.494.003,45	49.329.256,80	45.156.930,06

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

23. DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas De Captação	(7.842.719,62)	(15.974.669,00)	(13.690.579,58)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(4.605.890,11)	(9.229.458,09)	(6.924.012,93)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(2.623.458,42)	(7.953.469,76)	(10.069.414,20)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	3.005.202,17	5.541.923,05	6.162.755,19
Reversões de Provisões para Outros Créditos	71.718,96	154.443,01	219.404,17
Provisões para Operações de Crédito	(4.990.424,88)	(12.162.237,33)	(14.857.007,81)
Provisões para Outros Créditos	(709.954,67)	(1.487.598,49)	(1.594.565,75)
TOTAL	(15.072.068,15)	(33.157.596,85)	(30.684.006,71)

24. INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Cobrança	28.218,37	50.732,57	42.810,28
Rendas por Serviços de Pagamento (a)	590.358,95	862.006,74	-
Rendas de Convênios	48.102,25	110.800,34	108.874,48
Rendas de Comissão	978.914,10	1.168.619,11	1.414.726,88
Rendas de Cartões	185.227,89	340.229,52	456.588,26
Rendas de Outros Serviços	28.831,74	57.096,54	87.639,64
TOTAL	1.859.653,30	2.589.484,82	2.110.639,54

(a) No exercício de 2023, embasadas pela Resolução CGOA nº 4/2022 e pela Resolução CMN nº 5.051/2022, as cooperativas do Sicoob passaram a ser coparticipantes do modelo de negócio de emissão de cartões junto com o Banco Sicoob. Dessa forma, o Banco Sicoob e as cooperativas passaram a compartilhar as receitas, os custos e as despesas da operação de emissão. Essa alteração no modelo de negócios, resultou em variações nas receitas e despesas da Cooperativa, em comparação ao ano anterior.

25. RENDAS DE TARIFAS

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	1.244.184,80	2.524.549,56	2.484.640,12
Rendas de Serviços Prioritários – PF	80.496,59	174.977,50	208.615,51
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	-	203,63	3.832,67
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	160.192,54	264.993,72	170.641,80
TOTAL	1.484.873,93	2.964.724,41	2.867.730,10

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

26. DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	(38.095,09)	(113.604,33)	(205.049,67)
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(740.624,07)	(1.740.806,21)	(2.184.957,47)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(1.933.950,93)	(4.474.367,56)	(5.253.697,29)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(1.578.125,84)	(3.330.638,88)	(4.162.768,49)
Despesas de Pessoal – Proventos	(4.085.775,92)	(9.222.064,36)	(10.999.236,73)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(1.915,20)	(4.299,60)	(1.596,00)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(1.300,00)	(2.080,00)	–
TOTAL	(8.379.787,05)	(18.887.860,94)	(22.807.305,65)

27. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(122.074,52)	(262.077,51)	(357.945,82)
Despesas de Aluguéis	(629.697,94)	(1.319.503,20)	(1.451.971,92)
Despesas de Arrendamento de Bens	(218.459,08)	(602.213,17)	(93.472,68)
Despesas de Comunicações	(768.303,89)	(1.617.566,51)	(1.421.303,49)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(555.380,96)	(1.265.305,86)	(1.243.966,68)
Despesas de Material	(78.888,85)	(192.705,17)	(441.323,28)
Despesas de Processamento de Dados	(2.454.242,27)	(4.886.313,55)	(5.703.011,47)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(38.159,61)	(46.738,59)	(67.883,87)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(10.425,31)	(18.381,64)	(23.010,63)
Despesas de Publicações	(4.015,00)	(7.305,00)	(14.650,00)
Despesas de Seguros	(56.693,44)	(115.623,52)	(112.605,00)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(741.555,67)	(1.708.419,78)	(2.681.086,83)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.116.493,80)	(1.996.366,00)	(2.323.691,94)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(260.785,40)	(544.219,41)	(609.240,43)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.545.623,99)	(2.240.469,93)	(1.364.442,90)
Despesas de Transporte	(151.842,32)	(251.045,41)	(244.442,81)
Despesas de Viagem no País	(87.185,03)	(172.951,15)	(135.295,63)
Despesas de Depreciação/Amortização	(507.820,50)	(963.462,82)	(809.990,75)
Rateio de despesas da Central	(529.221,40)	(1.045.177,84)	(1.241.646,27)
Rateio de despesas do Sicoob Confederação	(120.088,93)	(244.053,38)	(319.097,29)
Outras Despesas Administrativas	(465.311,74)	(869.647,90)	(998.814,56)
TOTAL	(10.462.269,65)	(20.369.547,34)	(21.658.894,25)

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

28. DISPÊNDIOS E DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(112.900,31)	(215.287,07)	(234.909,27)
Desp. Impostos s/ Serviços – ISS	(41.922,86)	(54.733,19)	(79.529,83)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(42.383,97)	(56.171,40)	(74.194,96)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(44.838,33)	(90.850,85)	(116.530,53)
TOTAL	(242.045,47)	(417.042,51)	(505.164,59)

29. OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	209.672,03	276.310,76	87.865,11
Dividendos	-	6.196,49	3.295,35
Distribuição de sobras da central	-	102.803,71	-
Atualização depósitos judiciais	25.411,70	36.770,31	21.722,45
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	1.171.159,13	2.381.679,86	2.231.442,32
Juros ao Capital Recebidos da Central	3.016.355,67	3.016.355,67	-
Rateio de despesas Central e filiadas	390.300,44	785.172,34	901.340,60
Taxa administrativa para funcionamento	777.622,69	1.605.930,41	2.028.428,43
Outras rendas operacionais	9.731,02	40.131,13	2.490.268,72
TOTAL	5.600.252,68	8.251.650,68	7.764.362,98

30. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Op. de Crédito – Desp. de Descontos Concedidos em Renegociações	(1.246.512,23)	(1.869.497,10)	(1.315.547,94)
Outras Despesas Operacionais	(224.058,03)	(395.470,73)	(1.084.911,34)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento (a)	(623.282,49)	(912.924,05)	-
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(722.179,16)	(1.397.110,01)	(1.041.271,87)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(2.373,33)	(5.647,22)	(29.233,23)
Perdas – Fraudes Externas	-	-	(17.573,25)
Perdas – Práticas Inadequadas	(328.802,23)	(471.679,36)	(321.186,56)
Perdas – Danos a Ativos Físicos	-	-	(5.600,00)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(191.198,95)	(398.815,80)	(814.180,46)
TOTAL	(3.338.406,42)	(5.451.144,27)	(4.629.504,65)

(a) A variação apresentada nas Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento se deve a alteração no modelo de negócios de emissões de cartões, conforme nota explicativa nº 24 (a).

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

31. DESPESAS COM PROVISÕES

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisões/Reversões para Contingências	(92.861,69)	(948.143,88)	-
Provisões para Custas Judiciais – Cíveis/Trabalhistas	(92.861,69)	(948.143,88)	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	164.599,65	147.230,58	93.613,40
Provisões para Garantias Prestadas	(204.744,85)	(561.831,20)	(519.920,08)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	369.344,50	709.061,78	613.533,48
TOTAL	71.737,96	(800.913,30)	93.613,40

32. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	-	-	118.211,63
Ganhos de Capital	273.049,66	612.091,68	984.286,85
Provisões/Reversões Não Operacionais			
(-) Prejuízos em Transações com Outros Valores De Bens	(125.050,86)	(130.530,65)	(13.736,95)
(-) Perdas de Capital	-	-	(2.384,05)
TOTAL	147.998,80	481.561,03	1.086.377,48

33. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de **31 de dezembro de 2023 e 2022**.

34. PARTES RELACIONADAS

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas no período:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de **31 de dezembro de 2023**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	-	-	1,00
TOTAL	-	-	1,00
Montante das Operações Passivas	1.783.668,48	3,0528%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023

Aplicações Financeiras	5,9787%
------------------------	---------

b) Montante total das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	9,08	0,04	0,0005%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	95.392,87	0,8907%	-
Depósitos a Prazo	2.390.757,11	1,9893%	1,0351%
Letra de Crédito Agronegócio – LCA	102.500,34	8,3483%	0,8118%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Aplicação Financeira – Pré Fixada	1,1345%	22,45
Aplicação Financeira – Pós Fixada (% CDI)	105,3623%	95,21
Letra de Crédito Agronegócio – LCA	0,8140%	6,03

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de Outras Coobrigações	110.347,12	87.980,46

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

e) Remuneração de pessoal chave da administração

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2023 e 2022**, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
INSS Diretoria/Conselheiros	(46.058,00)	(219.505,24)	(429.367,12)
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(740.624,07)	(1.740.806,21)	(2.184.957,47)
F.G.T.S. Diretoria	(7175,78)	(71.105,08)	(157.828,77)

f) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2023	31/12/2022
184.342,16	161.049,61

35. COOPERATIVA CENTRAL

A **SICOOB COOPMIL**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à **SICOOB CENTRAL CECRESP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

A **SICOOB CENTRAL CECRESP** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A **SICOOB COOPMIL** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECRESP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo – Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira (nota 4(a))	8.577.599,76	4.073.504,62
Ativo – Participações de Cooperativas (nota 6.a)	28.043.298,66	21.328.282,37
Ativo – Títulos e Valores Mobiliários (nota 6.b)	40.560.047,98	42.659.411,80
Total das Operações Ativas	77.180.946,40	68.061.198,79
Passivo – Obrigações por Empréstimos e Repasses (nota 15.a)	3.336.570,22	3.736.570,22
Total de Operações Passivas	3.336.570,22	3.736.570,22

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários (nota 6.b)	2.449.564,22	5.059.662,09	3.551.676,15
Rateio de Despesas da Central (nota 29)	390.300,44	785.172,34	901.340,60
Total das Receitas	2.839.864,66	5.844.834,43	4.453.016,75
Despesas de operações de empréstimos e repasses (nota 15.b)	(200.114,33)	(422.528,80)	(397.104,82)
Rateio de Despesas da Central (nota 27)	(529.221,40)	(1.045.177,84)	(1.241.646,27)
Total das Despesas	(729.335,73)	(1.467.706,64)	(1.638.751,09)

36. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	69.172.972,66	93.915.631,36
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	268.360.237,26	284.396.981,29
Índice de Basileia (mínimo 10,5%)	22,73%	29,66%
Imobilizado para cálculo do limite	6.679.501,52	8.424.554,61
Índice de imobilização (limite 50%)	9,66%	8,97%

37. PLANO DE RECUPERAÇÃO SICOOB COOPMIL

Nos últimos anos a cooperativa foi fortemente afetada pelos eventos de saúde pública e macroeconômicos, em especial, a pandemia de COVID-19, causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS- CoV-2), conflitos e crises mundiais, e principalmente a política de juros praticada pelo Banco Central do Brasil, em resposta aos eventos supracitados, que nos impôs aumento significativos nos custos de captação das principais fontes de financiamento da cooperativa.

Em decorrência disso, a SICOOB COOPMIL observou perdas semestrais e consecutivas, durante o período compreendido entre o primeiro semestre de 2021 e o primeiro semestre de 2023, recuperando a capacidade de geração de sobras ao final do segundo semestre de 2023.

A evolução nos resultados é fruto do Plano de Recuperação da Sicoob COOPMIL, desenvolvido em conjunto com as demais entidades sistêmicas (Central Cooperativas Crédito Estado de São Paulo – SICOOB CENTRAL CECRESP e CENTRO COOPERATIVO SICOOB), implementado a partir de maio/2023 e acompanhado pelo Departamento de

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias – DESUC/BCB. Embora ainda tenhamos grandes desafios pela frente, já é possível observar que o pior momento foi superado.

As principais ações desenvolvidas no plano de recuperação congregaram a redução significativa dos custos operacionais e a diversificação dos públicos de atuação comercial e fontes de receitas. Em tempos de provas a Sicoob COOPMIL mostrou-se forte e consolidada, durante os períodos de maior dificuldade e resultados negativos, sendo certo que nossos cooperados não foram impactados, uma vez que a cooperativa dispunha de reservas robustas, conquistadas ao longo de sua história para suportar momentos de contingência, garantindo a manutenção das melhores condições em produtos, serviços e assistências.

38. GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

38.1 RISCO OPERACIONAL

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 RISCO DE CRÉDITO

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 RISCO DE MERCADO E VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a)** o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b)** os limites máximos do risco de mercado;
- c)** o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d)** o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e)** os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f)** os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g)** a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h)** o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i)** o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j)** resultado dos testes de estresse.

38.4 RISCO DE LIQUIDEZ

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

38.5 RISCOS SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

38.6 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

38.7 GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em reais)

38.8 RISCO CIBERNÉTICO

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

39. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2024.

Cel PM Hudson Tabajara Camilli
Diretor-Presidente

Fernando Guglielmelli da Silva
Contador 251999/O-4



Evolução

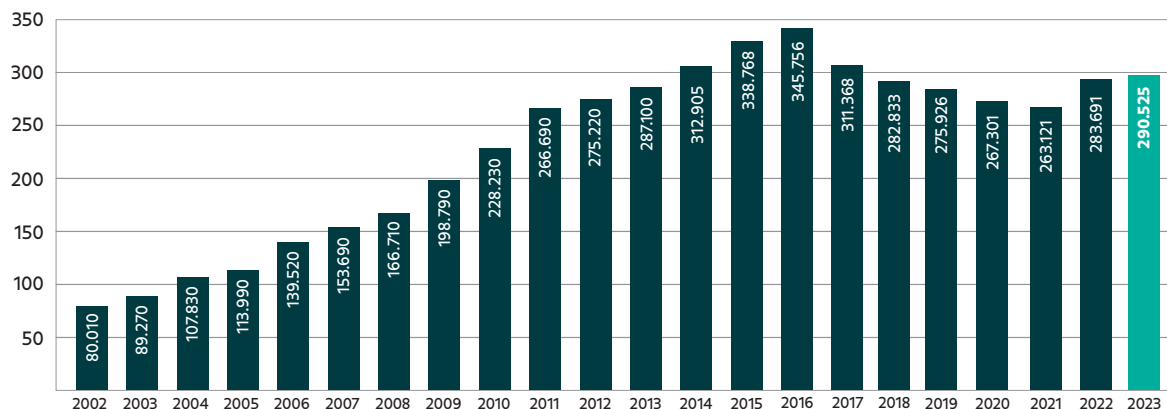
ECONÔ MICA e SOCIAL

Conheça os gráficos que demonstram nossa
Evolução Econômica e Social.

Evolução ECONÔMICA e SOCIAL

ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

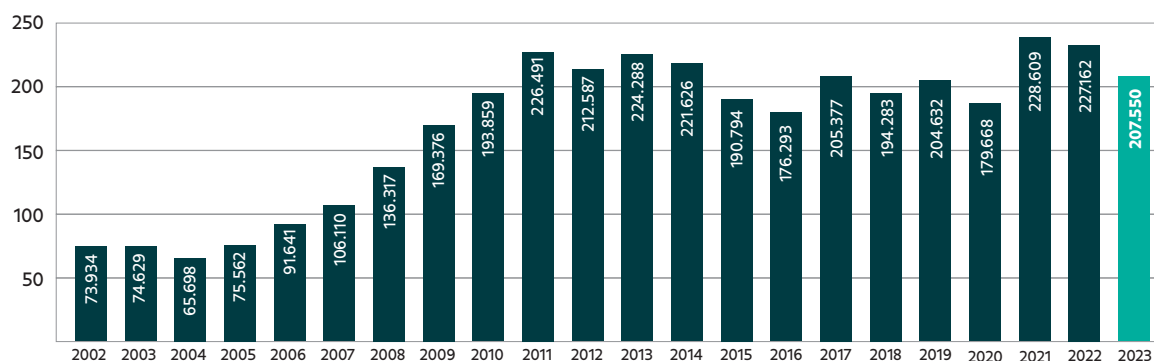
Demonstra a soma do “ativo circulante” com o “realizável a longo prazo”: bens e direitos que podem ser convertidos em dinheiro em curto prazo (AC) e em mais do que um exercício contábil (RELPL), como por exemplo a Carteira de Empréstimos.



(em milhares de reais)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Refere-se ao total da Carteira de Empréstimos liberados pela cooperativa.

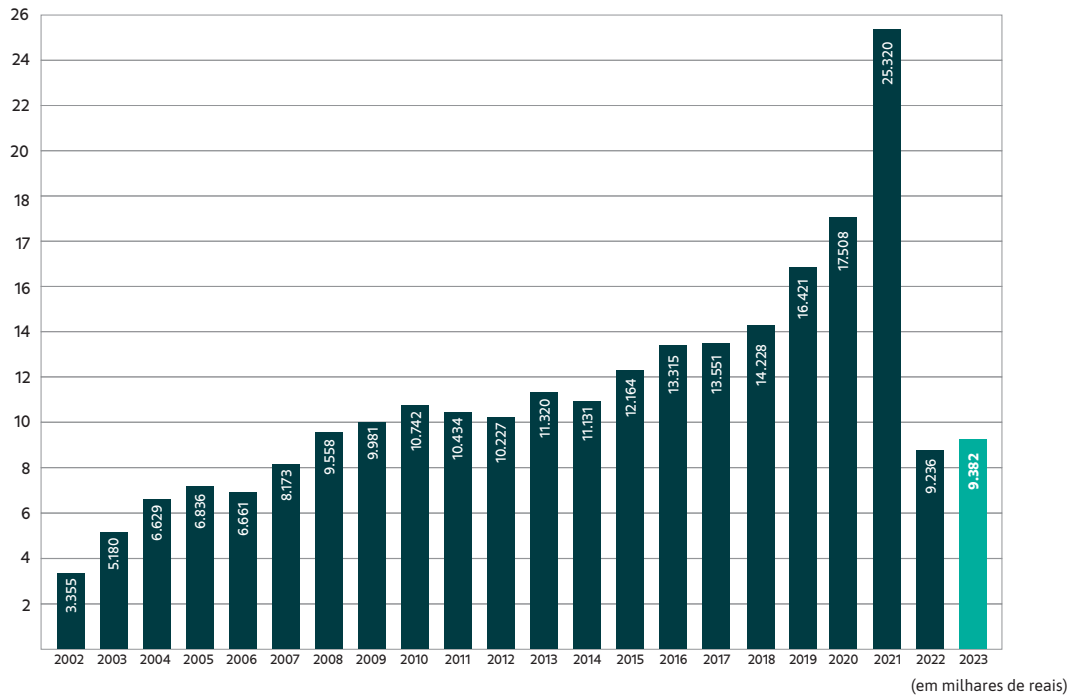


(em milhares de reais)

Evolução ECONÔMICA e SOCIAL

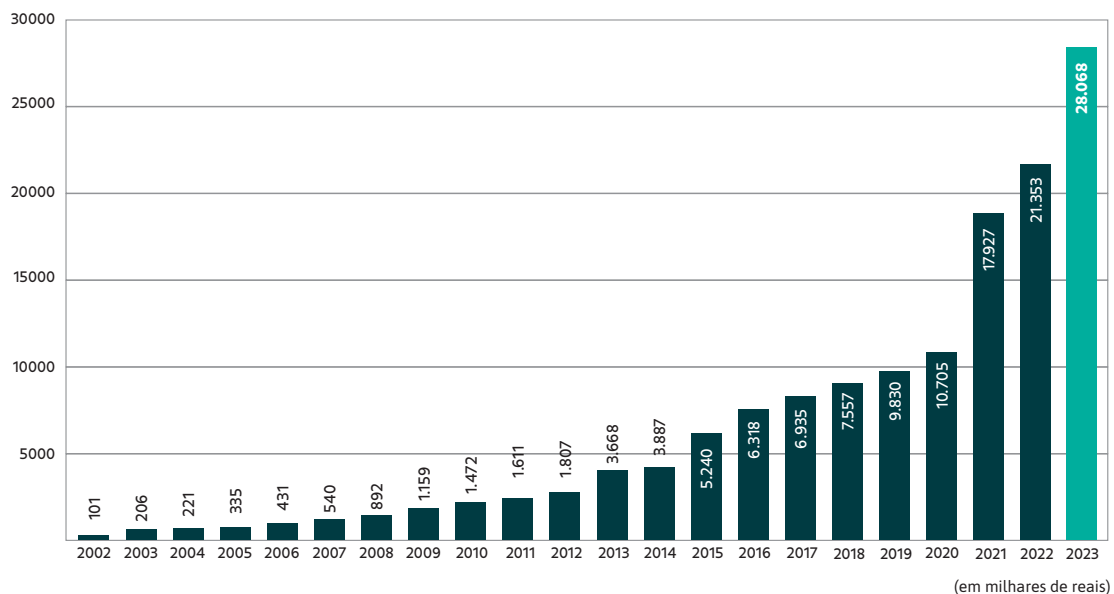
PERMANENTE

Representa o ativo imobilizado e intangível, como por exemplo: edificações, veículos, mobiliários, utensílios e equipamentos.



COTAS DA CECRESP E BANCOOB

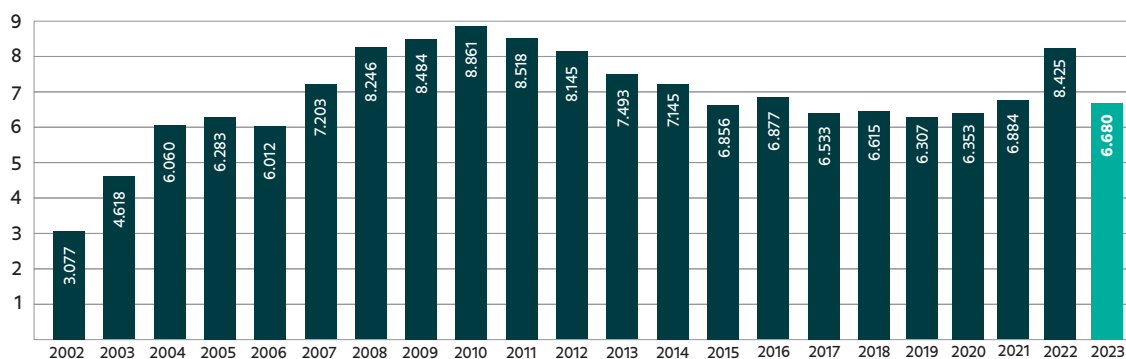
Representa as ações e cotas que a cooperativa possui no Sicoob Central Cecresp e no Bancoob, integrando o Sistema de Cooperativas do Brasil – Sicoob



Evolução ECONÔMICA e SOCIAL

PERMANENTE - IMOBILIZADO DE USO

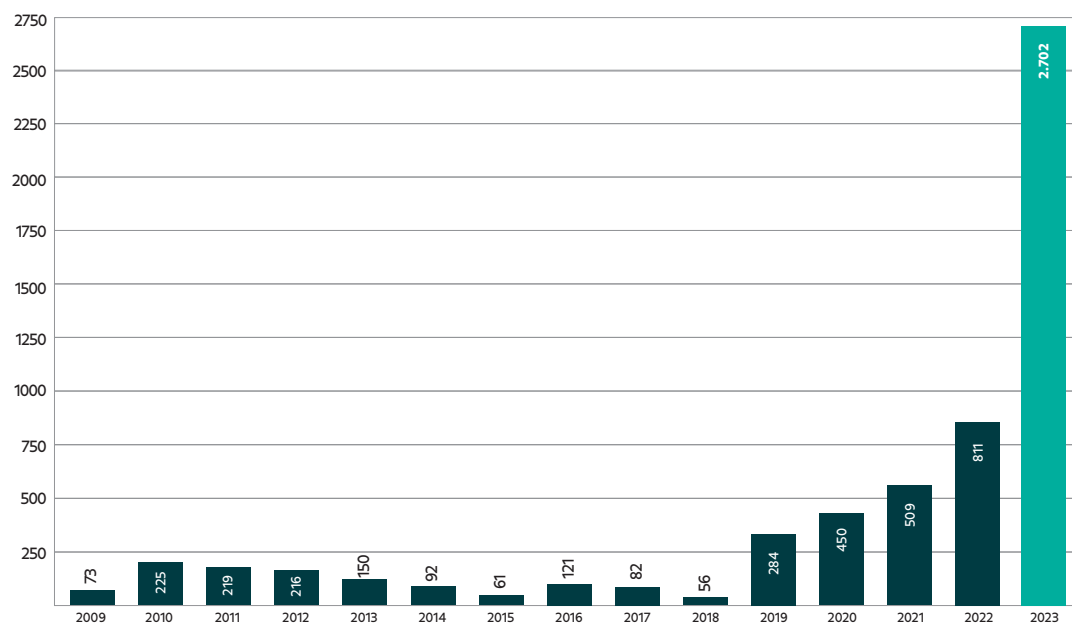
Registra as edificações, veículos, mobiliários, utensílios e equipamentos.



(em milhares de reais)

PERMANENTE - INTANGÍVEL

Contempla todos os softwares e licenças relativos à área de Tecnologia da Informação.

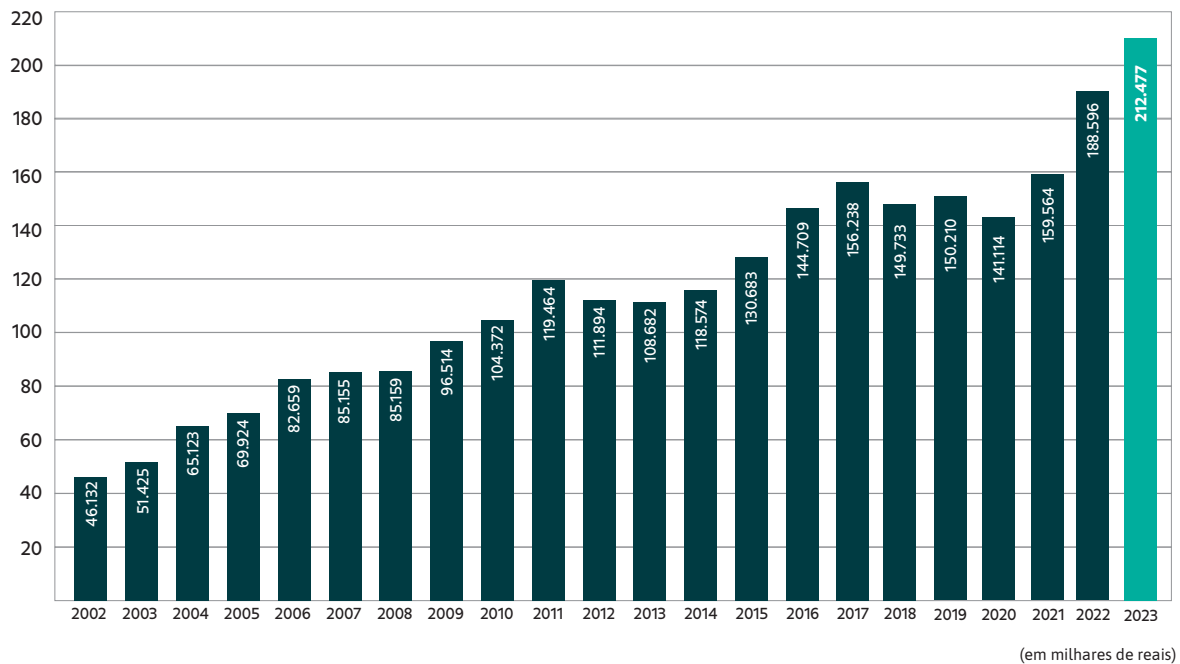


(em milhares de reais)

Evolução ECONÔMICA e SOCIAL

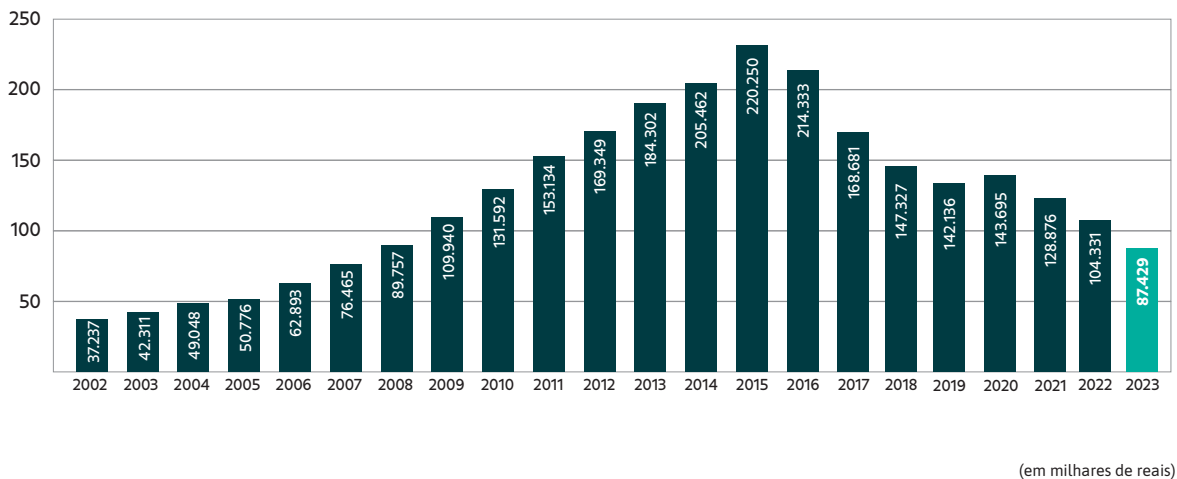
PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Trata-se das obrigações com terceiros como: aplicações em RDC, impostos a recolher, fornecedores a pagar, provisões de férias e 13º salário dos colaboradores, sendo compromissos liquidados no próprio exercício (PC) e após o exercício (EXLP).



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

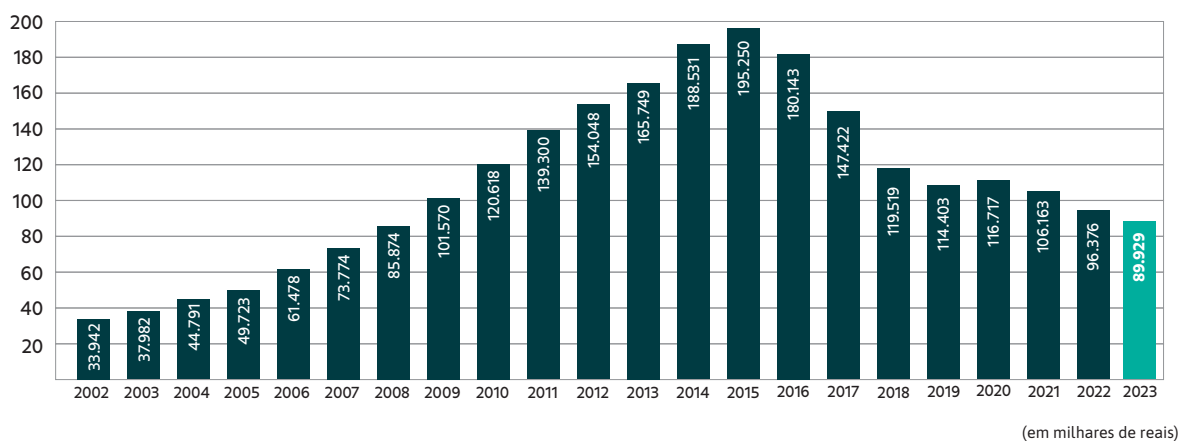
Representa o Capital Social e suas reservas (reserva legal, reserva de expansão e sobras ou perdas acumuladas).



Evolução ECONÔMICA e SOCIAL

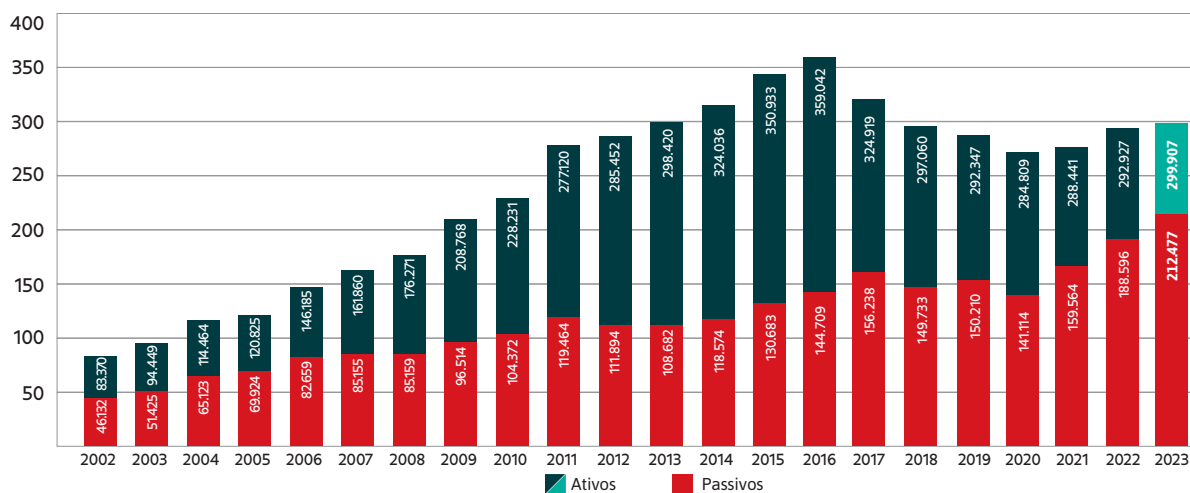
CAPITAL SOCIAL

Evidencia a composição do Capital pelas integralizações efetuadas pelos cooperados, formando, também, o Patrimônio Líquido.



ATIVO TOTAL X PASSIVO TOTAL

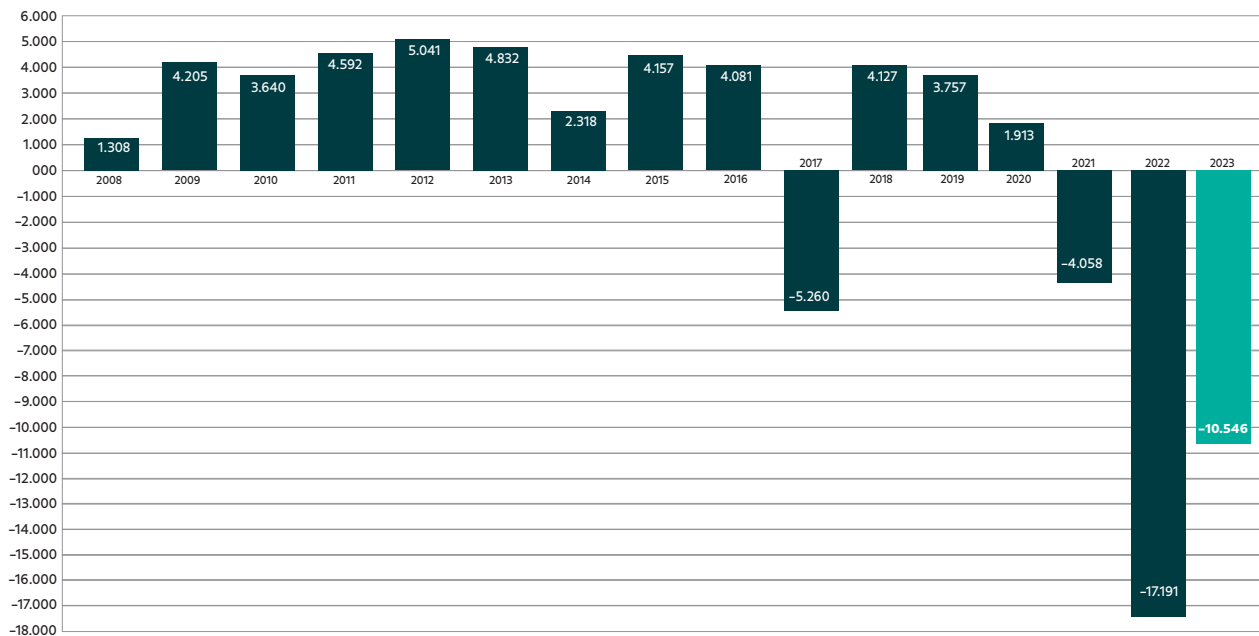
Denota a diferença entre o Ativo (bens e direitos) e Passivo (obrigações contraídas), representando o Patrimônio Líquido.



Evolução ECONÔMICA e SOCIAL

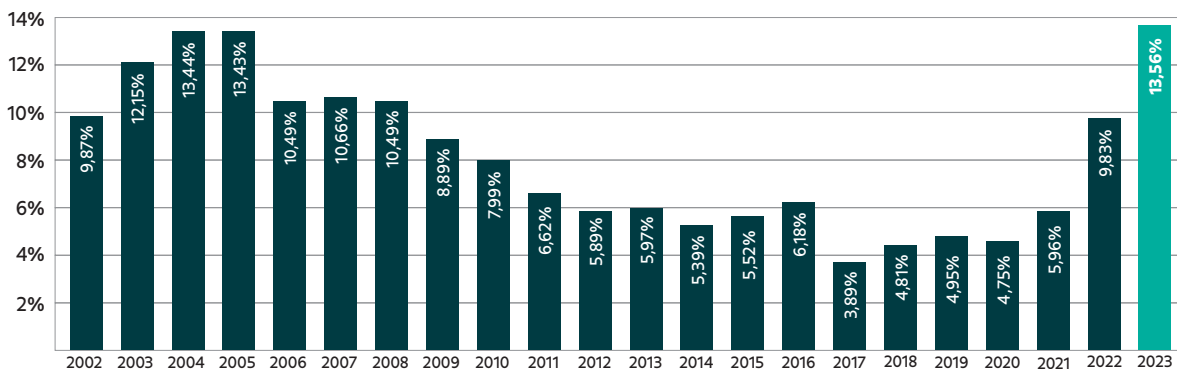
SOBRAS LÍQUIDAS

Refere-se ao resultado da diferença entre as receitas e as despesas.



ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO

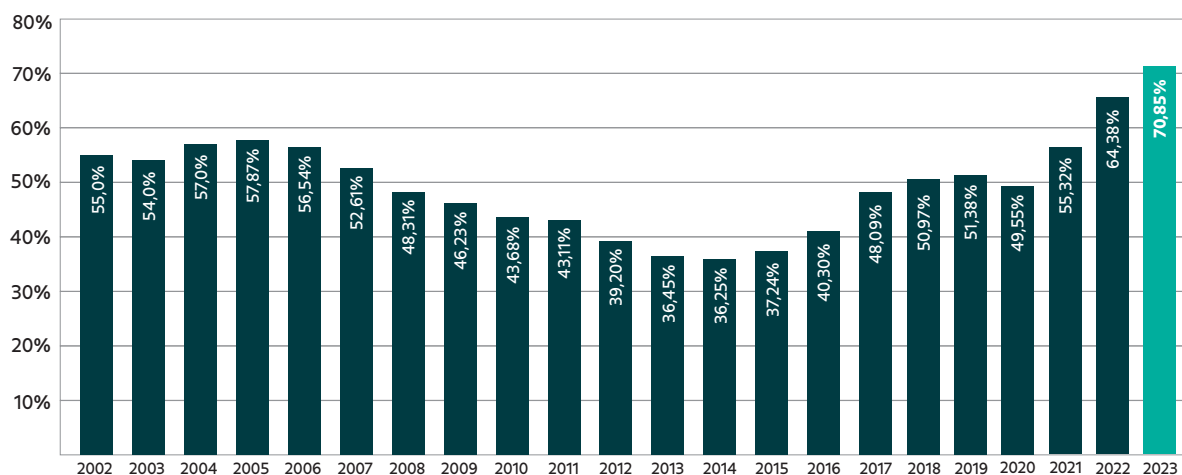
Representa quanto a cooperativa pode ter no seu ativo imobilizado (imóveis, móveis, automóveis, entre outros) em relação ao seu Patrimônio de Referência (Patrimônio Líquido somado às Receitas e deduzidas as Despesas).



Evolução ECONÔMICA e SOCIAL

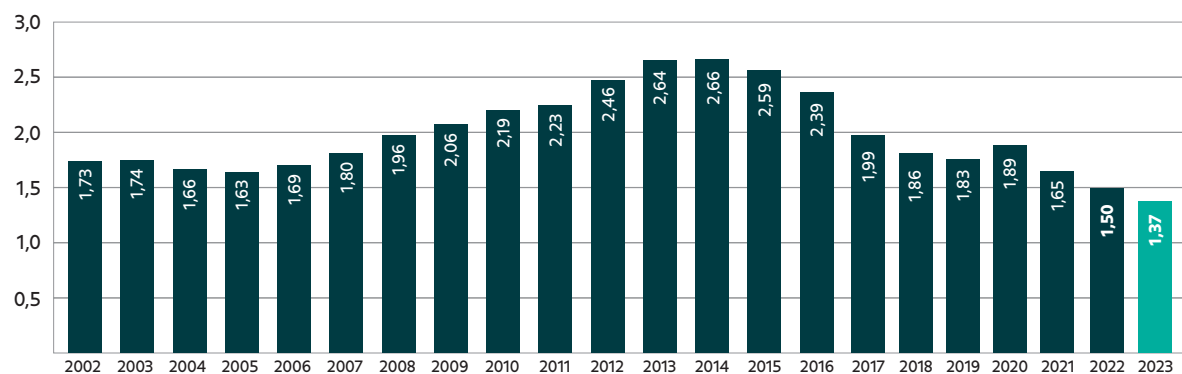
ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL

Demonstra quanto do total de ativos está sendo financiado por terceiros (PC/Ativos), ou seja, quanto do RDC financia o total de ativos.



ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

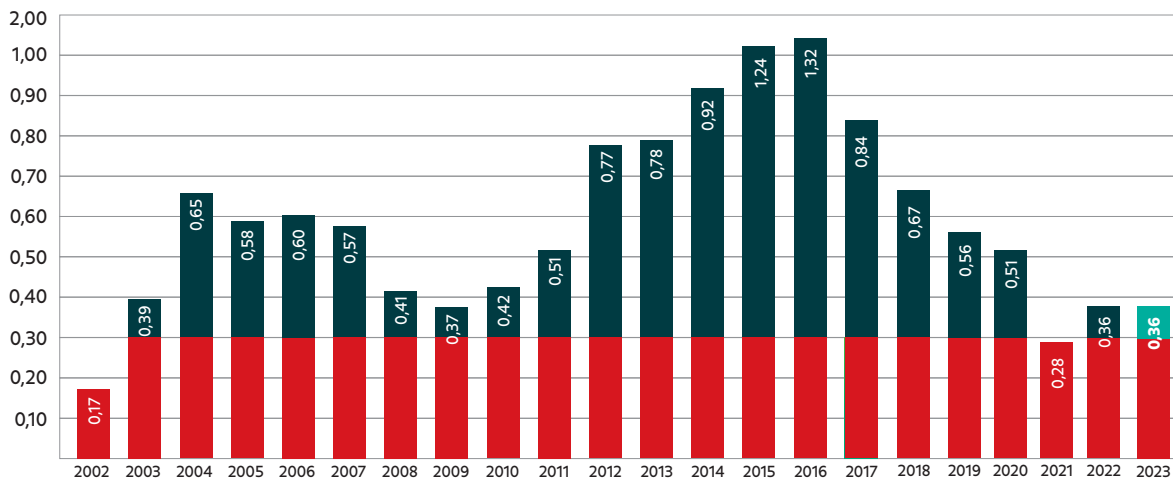
Reflete a capacidade de arcar com os compromissos assumidos: quantos reais temos para receber em comparação a cada R\$ 1,00 a pagar (AC/PC).



Evolução ECONÔMICA e SOCIAL

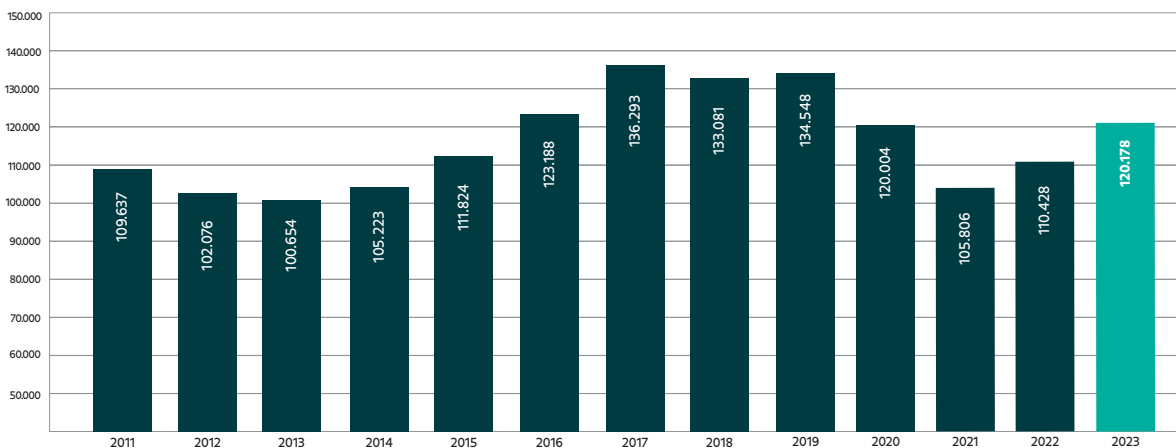
ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA

Também demonstra a capacidade de pagamento, ou seja, quantos reais temos para receber de imediato em comparação a cada R\$ 1,00 a pagar. O Sicoob Central Cecresp recomenda que o percentual mínimo seja de 0,30.



INVESTIMENTOS - RDC

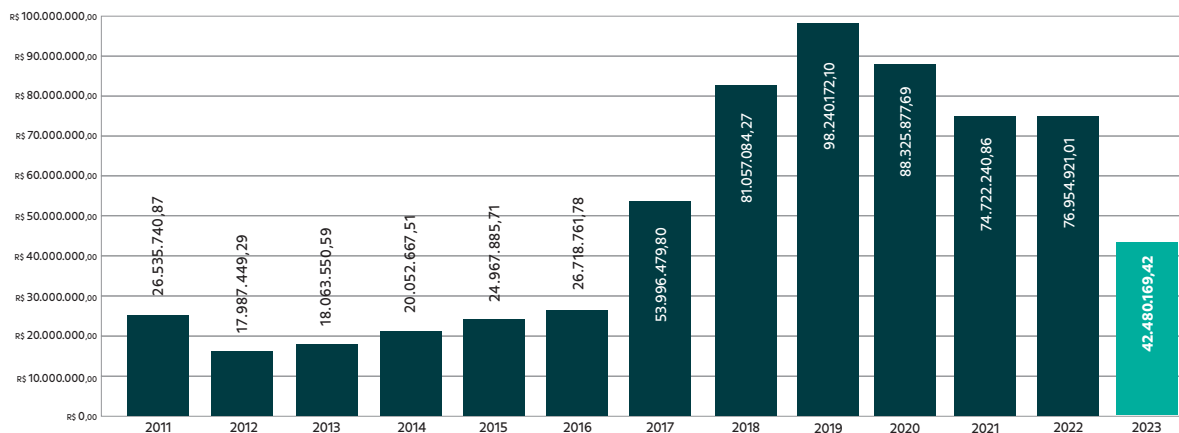
Representa a evolução anual da carteira de investimentos da Sicoob COOPMIL.



Evolução ECONÔMICA e SOCIAL

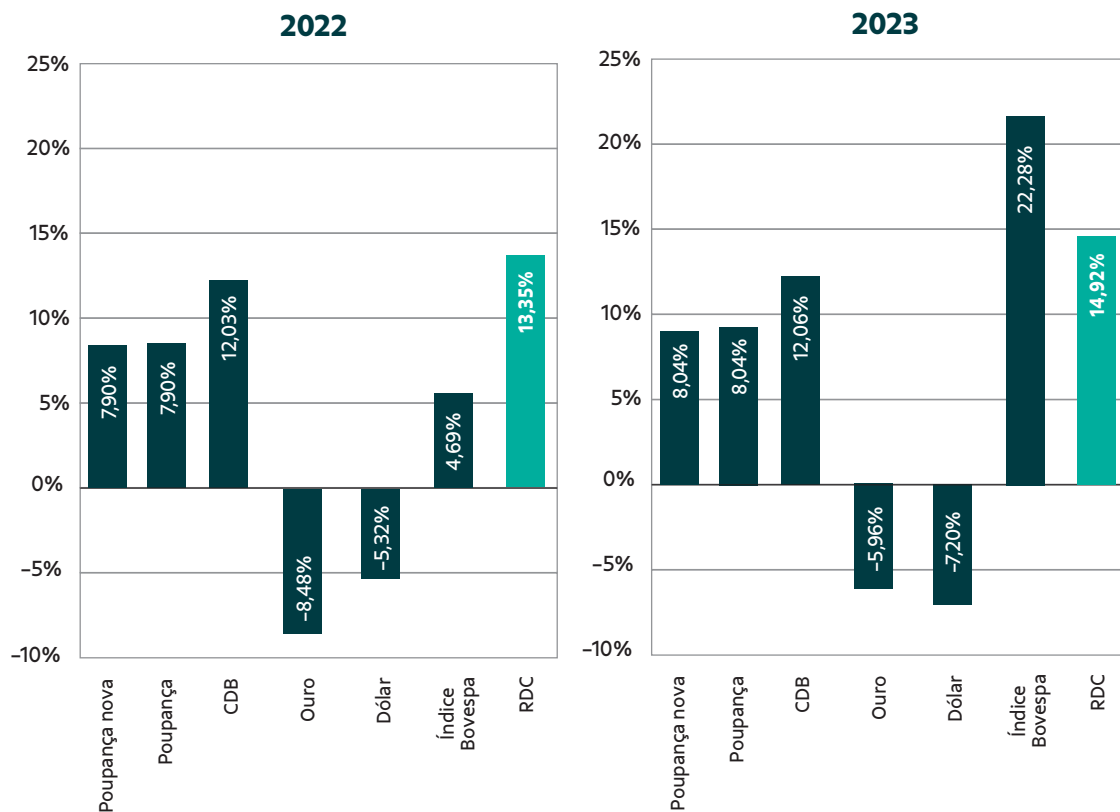
INVESTIMENTOS RDC - VOLUME DAS APLICAÇÕES

Refere-se ao saldo total dos recursos aplicados na Sicoob COOPMIL em 2023.



TAXA DE REMUNERAÇÃO

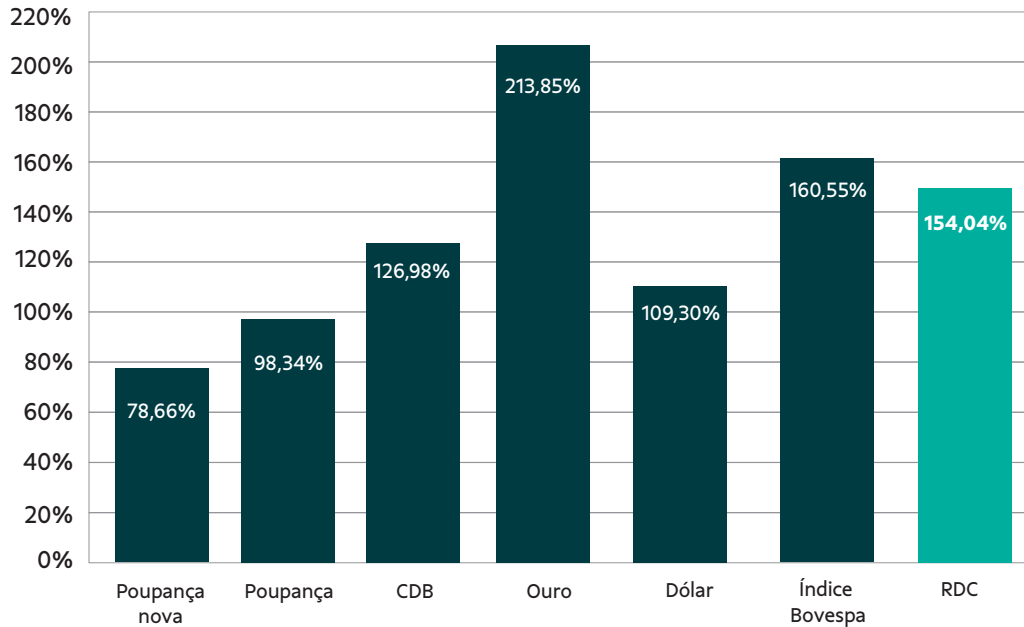
Demonstra o desempenho da remuneração da aplicação RDC em face de outros produtos financeiros ofertados pelo mercado.



Evolução ECONÔMICA e SOCIAL

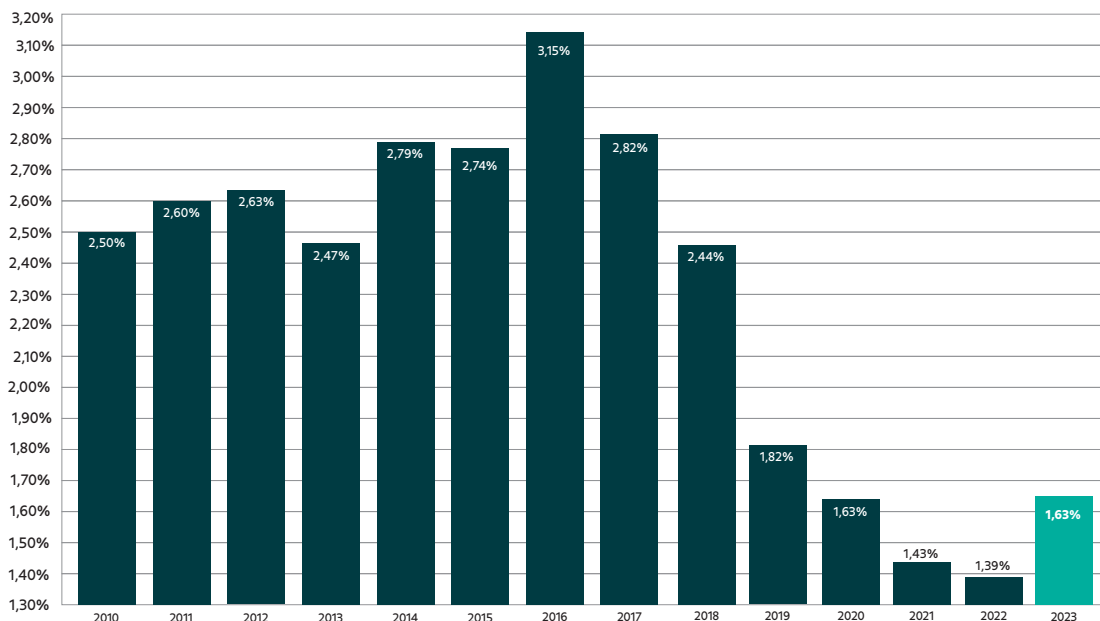
ACUMULADO 2014 A 2023

Demonstra o desempenho da remuneração da aplicação RDC, em face de outros produtos financeiros ofertados pelo mercado num período acumulado de 10 anos.



JUROS REAIS MÉDIOS CONTRATADOS

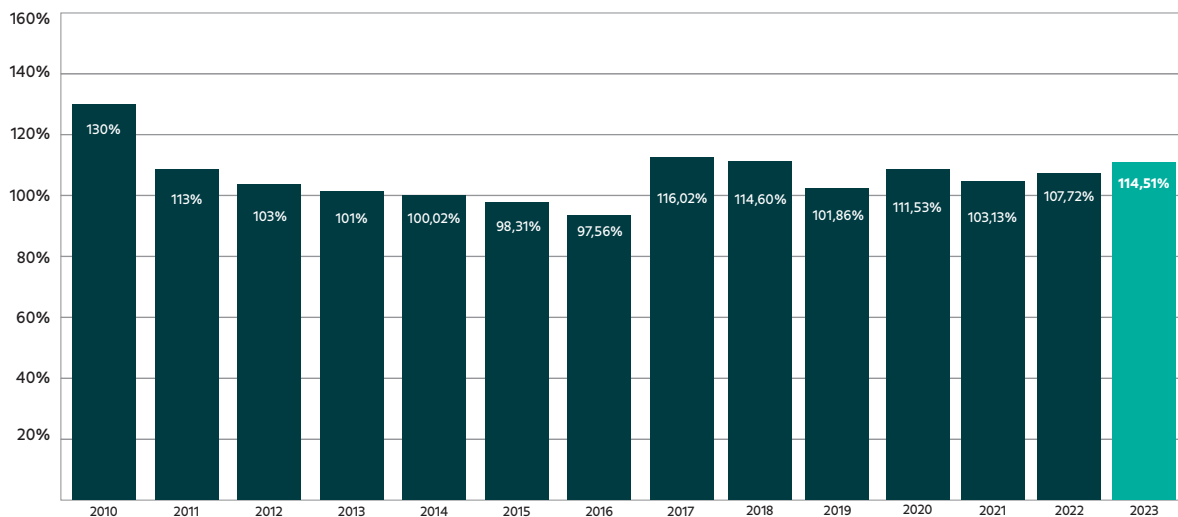
Trata-se dos juros reais médios contratados nas operações de empréstimo.



Evolução **ECONÔMICA e SOCIAL**

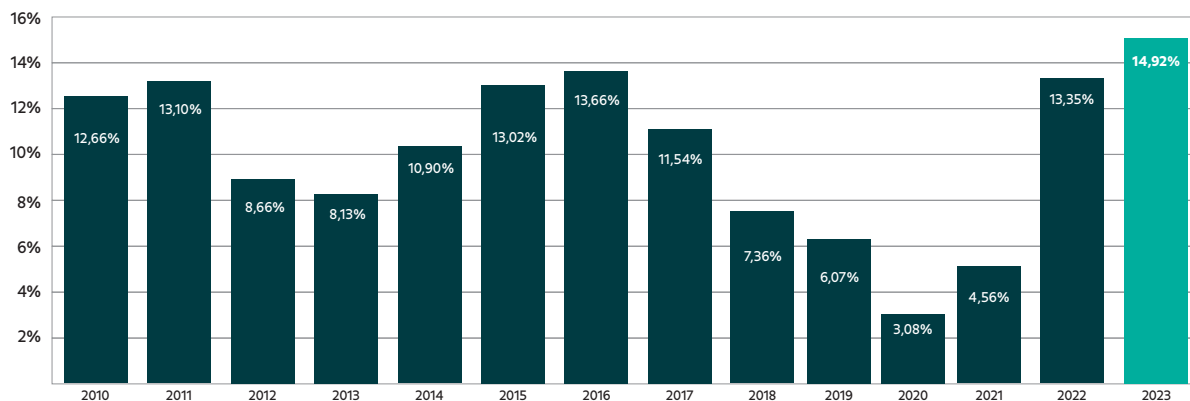
RENTABILIDADE MÉDIA CONTRATADA NAS APLICAÇÕES

Trata-se da rentabilidade média das aplicações em RDC em relação ao CDI.



RENDIMENTO MÉDIO BRUTO CONTRATADO

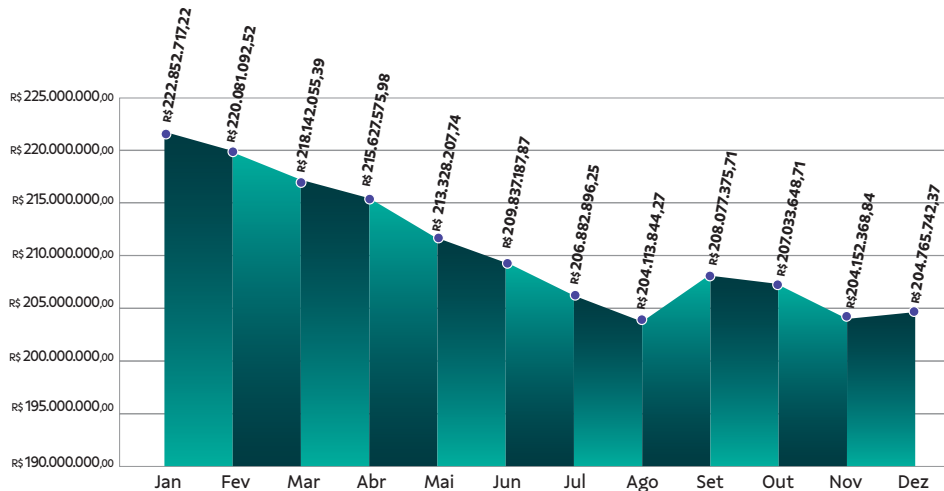
Trata-se do rendimento médio bruto das aplicações de RDC.



Evolução ECONÔMICA e SOCIAL

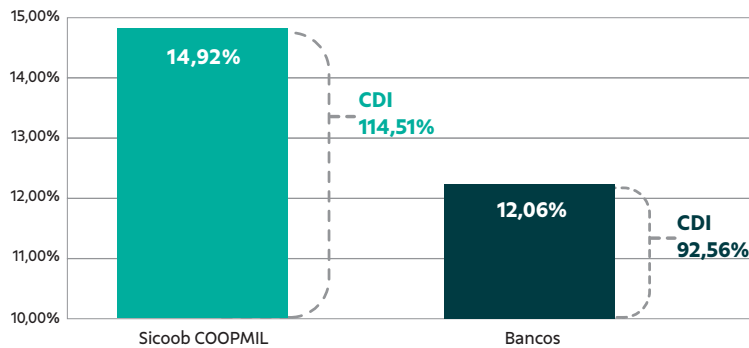
EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

Denota o desempenho mês a mês da carteira de empréstimos da Sicoob COOPMIL.



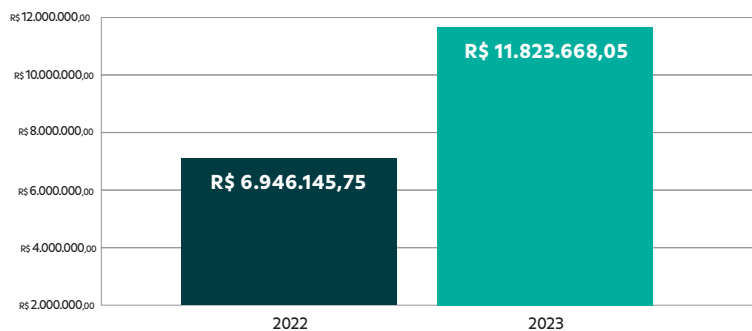
REMUNERAÇÃO DE MERCADO X REMUNERAÇÃO SICOOB COOPMIL

Demonstra o quanto o mercado precisaria remunerar para igualar a remuneração paga pela Sicoob COOPMIL.



VOLUME DE CRÉDITOS RECUPERADOS

Demonstra o volume de créditos recuperados, em comparação ao ano anterior.





Relatório dos

AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório dos **AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos associados e administradores da Cooperativa de Crédito Sicoob Coopmil São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Sicoob Coopmil ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Sicoob Coopmil em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 37, que trata sobre o Plano de recuperação Sicoob Coopmil, elaborado com o objetivo de cessar as perdas recorrentes apresentadas nos últimos exercícios, causada pelos custos de captação das principais fontes de financiamento da cooperativa e melhorar sua performance operacional. Conforme nota explicativa 2.2, considerando o estágio do cumprimento do seu Plano de recuperação, a administração da Cooperativa entende que não há dúvidas sobre sua capacidade de continuidade normal das operações. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 24 de fevereiro de 2023, não continha modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Relatório dos **AUDITORES INDEPENDENTES**

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

Relatório dos **AUDITORES INDEPENDENTES**

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

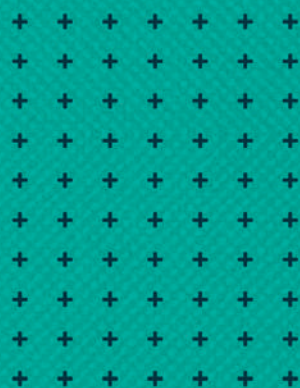
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 8 de março de 2024.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3

Julio Cesar Dias
Contador - CRC 1SP322496/O-1

Mais
que uma escolha
FINANCEIRA, 
é a solução para hoje e a
cooperação para sempre!





A cooperação é o que nos move.

Cooperar é ajudar, é trabalhar em grupo, enfrentando as adversidades e superando os desafios, visando o bem do todo. Você faz parte desta rede, onde a sua cooperação está contribuindo para o bem-estar do próximo.

Sicoob COOPMIL, há 34 anos cooperando junto com você.

Sd PM Lucas,
cooperado há 14 anos.

 **SICOOB**
Coopmil



coopmil.coop.br



facebook.com/coopmil



instagram.com/coopmil_oficial



twitter.com/coopmil



t.me/sicoobcoopmil